



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Programa de Pós-Graduação em Linguística

**Alternância Passiva com Verbos Transitivos Indiretos
no Português do Brasil**

José Ricardo Pereira dos Santos

Brasília

2010

José Ricardo Pereira dos Santos

**Alternância passiva com verbos transitivos indiretos
no Português do Brasil**

Dissertação submetida ao Departamento de Linguística,
Português e Línguas Clássicas da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Linguística.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Rozana Reigota Naves (UnB-LIP)

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Rozana Reigota Naves (UnB-LIP)

Prof^a. Dr^a. Heloísa Salles (UnB – LIP)

Prof. Dr. Fábio Bonfim Duarte (UFMG)

Prof^a Dr^a Eloisa Nascimento Silva Pilati (UnB-Suplente)

Aos meus pais e meus irmãos, que sempre estiveram ao meu lado por toda minha vida e, certamente, inundam-se de felicidade por este momento.

Ninguém ignora tudo.
Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso aprendemos sempre.

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

A DEUS (Pai, Filho e Espírito Santo), meu socorro nas horas incertas, seja toda honra, glória e louvor pelo que FEZ, FAZ e FARÁ por mim, e por colocar diante de mim o fascinante caminho da lingüística.

A minha professora e orientadora, Rozana Reigota Naves, amiga, por ter confiado na minha pessoa e no meu trabalho, pela orientação certa e precisa, pela força, pelo zelo, pelo profissionalismo, pelo carinho. Sem você eu não teria conseguido. Você faz a diferença!

A meu pai, Sebastião, e a minha mãe, Altamira, que tanto desejaram a realização plena de seus filhos. Por suas palavras de sabedoria, por seus exemplos de amor, honradez, e porque nos ensinaram a trilhar as veredas da verdade e, sobretudo, porque sempre acreditaram na minha capacidade. Se cheguei aonde cheguei, é porque foi graças a VOCÊS. Sem vocês eu não teria conseguido! Também lhes ofereço estes estudos já que apostaram no meu caminho, e pelo apoio sem medida às minhas decisões e, principalmente, aos valores e amor transmitidos, que hoje me fazem caminhar com os pés firmes.

Em especial à minha Filha, Ana Beatriz, presente de Deus, razão do meu viver, a quem, com muito carinho, quero ser motivo de exemplo, honra e orgulho.

À minha irmã, Raquel, pelo carinho fortalecedor e o amor incomensurável.

Que tiveram a compreensão e a generosidade de me desculpar pelas horas de lazer não compartilhadas, em favor dos estudos.

IN MEMORIAM (Meu IRMÃO, REYNALDO), minhas avós (Maria e Geraldina), Meu tio José dos Santos e Minha tia (Malvina), que, se estivessem aqui, manifestariam alegria pela minha vitória. A eles sou grato pelo estímulo na busca de meus sonhos.

A minha família, tios, primos, cunhados, sobrinhas, pela torcida, meu mais caloroso muito obrigado! De quem não me cansarei de lembrar.

Aos professores Dr^a Heloísa Salles, Dr. Fábio Duarte e Dr^a Eloísa Pilati por terem aceitado fazer parte da Banca.

Aos meus amigos e colegas do PPGL, em especial, ao meu amigo Altair, doutorando em Linguística, por suas discussões, pela inestimável amizade, por suas sugestões valiosas. Não sei se algum dia conseguirei retribuir tamanha consideração, amizade e respeito.

A professora Jane (LIP/UnB), pela discussão dos dados diacrônicos e pelas observações precisas que contribuíram para o projeto.

Ao doutorando Andrébio, aos companheiros Bira e Tércia, pela força, motivação e confiança.

A dona Iraci, pelo apoio logístico, pelo carinho, dedicação e esperança.

Aos professores Alkmim e Ivan Alves, pela discussão dos dados diacrônicos, pelas sugestões bibliográficas e pela paixão pelo latim.

Aos funcionários do PPGL pela gentileza e pelo carinho.

A Neuza e Mírian, pela amizade, paciência e ajuda com o computador, cujo apoio emocional e logístico foi fundamental na fase de elaboração da tese.

Aos meus companheiros de trabalho, pelo total apoio e incentivo, em especial a: Coronel Leoi, Sargento Flávio, Tenente Chaguinha, Capitão Orlando, Ten Lucena, Ten Janeide e SD Alessandro Martins.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para este trabalho de pesquisa, o mais sincero da minha gratidão!

RESUMO

Este estudo pretende analisar sintática e semanticamente os verbos transitivos indiretos do português do Brasil, identificando traços sintáticos e semânticos que estejam relacionados à alternância passiva e que possam vir a confirmar ou a refinar análises já existentes na literatura sobre o tema, de forma a contribuir para a consolidação de uma teoria da gramática, a saber, a Teoria Gerativa. A questão que se coloca é que a construção passiva com esse tipo de verbo contraria a tradição gramatical, segundo a qual, a apassivação deve ocorrer com verbos transitivos diretos. Partimos do pressuposto de que restrições sintáticas e semânticas estejam interagindo, de forma a possibilitar ou não a alternância passiva. Desenvolvemos a hipótese presente na pesquisa de Salles (1992, 1997) e em trabalhos posteriores sobre complementação no português do Brasil, sob a orientação da mesma pesquisadora (a saber, os trabalhos de Bispo (2004) e de Lucas (2008)), segundo a qual o português do Brasil passa por uma mudança paramétrica relativa à perda da distinção entre acusativo e dativo no português do Brasil. Essa perda estaria associada à mudança de interpretação do papel temático (de Meta para Tema) atribuído ao complemento dos verbos que constituem o objeto deste estudo. Adicionamos argumentos em favor dessa hipótese, especialmente no que se refere à diacronia dos verbos analisados. Propusemos que os verbos que participam da alternância passiva possuem, em sua grade argumental e temática, um argumento interno subespecificado para Caso e papel temático, o que está associado aos fatos empíricos relativos à flutuação da preposição (por sua vez, relacionado à perda da distinção entre Caso dativo e Caso acusativo) e à interpretação do argumento interno como Tema (em vez de Meta). A construção passiva com verbos transitivos indiretos, de acordo com esta proposta, é derivada da mesma maneira que a construção passiva com verbos transitivos diretos.

Palavras-chave: alternância passiva; complementos verbais; teoria gerativa; Caso abstrato; papel temático.

ABSTRACT

This study aims to analyze syntactically and semantically oblique transitive verbs in Brazilian Portuguese, identifying syntactic and semantic features that are related to passive alternation, in order to contribute to the research in the theoretical approach of Generative Grammar. The question is that the passive construction with that kind of verbs contradicts the grammatical tradition, whereby the passivization should occur with non-oblique transitive verbs. We assume that syntactic and semantic constraints are interacting in order to allow or not the passive alternation. We developed the hypothesis, found in the research of Salles (1992, 1997) and subsequent work on complementation in Brazilian Portuguese, under the guidance of the same researcher (specifically the work of Bispo (2004) and Lucas (2008)), that Brazilian Portuguese is going through a parametric change related with the loss of the distinction between accusative and dative Cases. This loss is associated with the change of interpretation of the thematic role (from Meta to Theme) assigned to the complement of the verbs that are the subject of this study. We add arguments in favor of this hypothesis, especially with regard to the diachrony of the verbs analyzed. We proposed that the verbs that participate in the passive alternation have an internal argument underspecified for Case and thematic role. This fact is associated with the empirical data concerning the fluctuation of the preposition (in turn related to the loss of distinction between dative and accusative Case) and the interpretation of the internal argument as Theme (instead of Meta). According to this proposal, the passive construction with oblique transitive verbs is derived in the same way that the passive construction with non-oblique transitive verbs.

Keywords: passive alternation; verbal complements; generative theory; abstract Case; thematic role.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	02
PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÕES DE PESQUISA.....	02
OBJETIVOS DA PESQUISA.....	04
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	05
ESTRUTURA DO TRABALHO	12
CAPÍTULO 1 – Transitividade, Complementação e Passiva na Tradição Gramatical.....	14
1.1 A CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS QUANTO À TRANSITIVIDADE VERBAL.....	14
1.2 OS TIPOS DE COMPLEMENTO VERBAL.....	22
1.3 AS PROPRIEDADES DA VOZ PASSIVA NA TRADIÇÃO GRAMATICAL.....	30
1.4 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	34
CAPÍTULO 2 – Propostas Teóricas para a Análise das Construções Passivas	36
2.1 PERLMUTTER & POSTAL (1984).....	36
2.2 JAEGGLI (1986).....	42
2.3 BAKER, JOHNSON & ROBERTS (1989).....	45
2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS	48
CAPÍTULO 3 – Aspectos Sincrônicos e Diacrônicos Relativos à Expressão Sintática dos Verbos Transitivos Indiretos.....	50
3.1 A REGENCIA DE CERTOS VERBOS TRANSITIVOS INDIRETOS.....	50
3.1.1 Verbo <i>assistir</i> (na acepção de <i>ver</i> ou <i>presenciar</i>)	52
3.1.2 Verbo <i>ajudar</i>	53
3.1.3 Verbo <i>atender</i>	54
3.1.4 Verbo <i>obedecer</i>	55
3.1.5 Verbo <i>pagar</i>	58
3.1.6 Verbo <i>responder</i>	58
3.1.7 Síntese.....	59
3.2 O DUPLO ACUSATIVO LATINO	61
3.3 MARCAÇÃO DE CASO, COMPLEMENTAÇÃO VERBAL E PRONOMES-OBJETO.....	66
3.3.1 Salles (1992, 1997)	66
3.3.2 Bispo (2004)	73
3.3.3 Lucas (2008)	76
3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS	79
CAPÍTULO 4 – Análise da Alternância Passiva com Verbos Transitivos Indiretos...	81
4.1 RETOMANDO O PROBLEMA E OS FATOS GRAMATICAIIS	81
4.2 EM DIREÇÃO A UMA ANÁLISE DA ALTERNANCIA PASSIVA COM VTI.....	84
4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91

INTRODUÇÃO

1. Problematização e questões de pesquisa

O presente estudo pretende analisar, na perspectiva da teoria gerativa, o comportamento de certos verbos transitivos indiretos que se submetem à alternância passiva no português do Brasil, tentando explicar esse fenômeno, seus aspectos sintáticos e semânticos.

A alternância passiva ocorre com verbos de dois argumentos, os quais recebem, em geral, os papéis temáticos de Agente e de Tema, e se caracteriza pelas seguintes alterações sintáticas: o argumento interno do verbo (objeto direto) passa a desempenhar a função de sujeito da construção passiva, podendo o argumento externo do verbo figurar como sintagma preposicional, em uma função oblíqua que a gramática tradicional classifica como agente da passiva. Percebemos ainda que, embora haja essas operações sintáticas, ocorre a preservação da carga semântica (papéis temáticos) dos argumentos: o Agente se mantém Agente; o Tema, Tema.

Relativamente à alternância passiva, o fenômeno que abordaremos é o que se dá com alguns dos verbos tidos como transitivos indiretos no português do Brasil. A questão que se coloca é que a construção passiva com esse tipo de verbo contraria a gramática tradicional, pois a forma típica de apassivação, em português, segundo a tradição gramatical, ocorre com verbos transitivos diretos (VTD), conforme demonstram os exemplos:

- (1) a. O médico auxiliou o paciente.
- b. O paciente foi auxiliado pelo médico.

Apresentamos a seguir dois exemplos de apassivação com verbos transitivos indiretos (VTI), que constituem o objeto central da nossa pesquisa:

- (2) a. Domingo, o filho obedeceu aos pais.
b. Domingo, os pais foram obedecidos pelo filho.
- (3) a. Deus perdoa aos homens.
b. Os homens são perdoados por Deus.

É importante ressaltar que a alternância passiva não ocorre com todos os verbos. Os exemplos abaixo mostram que a passiva pode ser agramatical tanto com verbos transitivos diretos (4)-(5) quanto com verbos transitivos indiretos (6):

- (4) a. Aquele parlamentar tem muitos amigos.
b.*Muitos amigos são tidos por aquele parlamentar.
- (5) a. Em Brasília, há muitos políticos.
b.*Em Brasília, são havidos muitos políticos.
- (6) a. Joaquim gosta de política.
b.*Política é gostada por Joaquim.

Dessa forma, é necessário explicar por que certos verbos admitem a construção passiva, enquanto outros não admitem. Pretendemos, portanto, com este estudo, investigar por que esse fenômeno de apassivação não ocorre com todos os verbos transitivos indiretos no português do Brasil, assim como não ocorre também com todos os transitivos diretos, para os quais já foi demonstrado na literatura que parece haver restrições de sentido, as quais impedem a apassivação.¹ Partimos do pressuposto de que, em ambos os casos, essas restrições semânticas estejam interagindo com o componente sintático da gramática, de forma a possibilitar ou não a alternância passiva. Além das seleções semânticas feitas pelo verbo, acreditamos que essa alternância ocorrendo com verbos transitivos indiretos pode estar vinculada à perda da preposição marcadora do complemento indireto no português do Brasil, como demonstram os dados de flutuação da preposição:

¹ A respeito das relações entre as interfaces sintática e semântica na explicação das alternâncias sintáticas, citamos o trabalho de Levin (1993).

- (7) a. Domingo, o filho obedeceu (a)os pais.
b. Deus perdoa (a)os homens.

No contexto do problema anteriormente mencionado, pretendemos buscar, com o suporte teórico da gramática gerativa, resposta para as seguintes questões de pesquisa:

- (i) Por que a alternância passiva não é gramatical para todos os predicados?
(ii) Que fatores linguísticos (propriedades abstratas), relacionados à Gramática Universal, permitem formar voz passiva?

A nossa hipótese de trabalho, segundo a qual a alternância passiva com verbos transitivos indiretos decorre da perda da distinção entre acusativo e dativo no português do Brasil, advém da pesquisa de Salles (1992, 1997), e está associada à mudança de interpretação do papel temático (de Meta para Tema) atribuído ao complemento dos verbos que constituem o objeto da nossa pesquisa, conforme analisado por Salles para a alternância dativa e em trabalhos posteriores sobre complementação no português do Brasil, sob a orientação da mesma pesquisadora (a saber, os trabalhos de Bispo (2004) e de Lucas (2008)). Pretendemos adicionar argumentos em favor dessa hipótese, especialmente no que se refere à diacronia dos verbos em estudo.

2. Objetivos da pesquisa

Objetivo Geral

Analisar sintática e semanticamente os verbos transitivos indiretos do português do Brasil, identificando traços sintáticos e semânticos que estejam relacionados à alternância passiva e que possam vir a confirmar ou a refinar análises já existentes na literatura sobre o tema, de forma a contribuir para a consolidação de uma teoria da gramática, a saber, a Teoria Gerativa.

Objetivos Específicos

- (i) Buscar uma relação entre a estrutura sintática e a interpretação semântica dos predicados, com vistas a explicar a possibilidade de ocorrência da alternância passiva.
- (ii) Apresentar as propostas de análise da alternância passiva encontradas na literatura de base formalista.
- (iii) Ampliar a argumentação a respeito da mudança paramétrica em curso no português do Brasil, no que diz respeito à perda da distinção entre Caso acusativo e dativo, por meio da análise diacrônica dos verbos e de construções relacionados aos verbos que constituem o objeto do nosso estudo.

3. Fundamentação teórica

Não é de hoje que se especula uma das grandes marcas humanas: a linguagem. Ela é um dos componentes que promove a distinção entre o animal e o homem. Este, como ser gregário, tem necessidade de viver em sociedade, mas, para fazê-lo, deve comunicar-se, e o aparato necessário para expressar seus pensamentos é a linguagem.

Benveniste (1995) admite que os animais estabelecem comunicação – tal qual o fazem as abelhas – por meio de uma linguagem. Elas transmitem uma mensagem, indicando a existência de uma fonte de alimento, a sua direção e distância. A dança de que se utilizam simboliza a presença do achado, formulando a comunicação. Porém, sabemos que só ao homem assiste a linguagem como capacidade de reproduzir frases de forma criativa, ou habilidade de produzir e de compreender signos e sentenças a que nunca foi outrora exposto. As abelhas, ao contrário, não constroem uma mensagem a partir de outra mensagem.

Sabemos que a linguística é a ciência da linguagem e tem duplo objeto: o estudo da linguagem em geral e o estudo das diferentes línguas. Cabe-nos considerar que a linha divisória entre as palavras linguagem e língua é muito tênue; é tão verdade que, no léxico de algumas línguas, esses termos são coincidentes, empregando-se a mesma palavra para os dois sentidos.

Podemos entender linguagem como sendo um conceito mais amplo, no sentido de que abrange uma ideia de linguagem tanto natural quanto artificial. Já o conceito de língua é definido por Chomsky (1998) como um conjunto finito de regras que resulta num conjunto infinito de sentenças realizado pelo desempenho do falante.

Sabemos que a Gramática Gerativa tenta explicar, com fundamentação pertinente, quais são as propriedades inatas da linguagem humana e quais as particularidades de cada língua, tendo como pressuposto uma Gramática Universal. De acordo com essa teoria, os seres humanos possuem uma faculdade de linguagem, órgão interno semelhante a um sistema modular de estrutura complexa. Postula-se que essa faculdade, considerada um aparato genético inerente à espécie humana, capacita o ser humano a adquirir uma língua particular, a qual resultaria de dois fatores, que compõem um modelo de aquisição de língua: o estado inicial da linguagem (S_0), que é considerado a Gramática Universal, e o curso da experiência. Conforme Chomsky (1998: 19), “podemos imaginar o estado inicial como um *dispositivo de aquisição de língua* que toma a experiência como *dado de entrada* e fornece a língua como um *dado de saída* – um *dado de saída* que é internamente representado na mente/cérebro”.

O estado inicial tem por base a hipótese do inatismo da faculdade de linguagem, a qual, por sua vez, tem suas origens no argumento da pobreza de estímulo para a aquisição de língua. A noção é que o estímulo (quanto aos dados de entrada) é incompleto, defectivo. Mioto (2004: 32) afirma:

O argumento da *pobreza de estímulo* é então o ponto de partida para se estabelecer uma função direta (mas contrária à visão do senso comum) entre a experiência linguística que a criança recebe e sua capacidade de adquirir a gramática de um falante adulto: quanto mais pobre e degenerada a experiência, maior a capacidade inata a se prever. Dito de outro modo, é exatamente porque a experiência linguística da criança no mundo é desordenada e incompleta que se deve pensar que o ser humano possui uma capacidade genética que lhe permite de algum modo *organizar* e *completar* as informações necessárias para aprender a falar uma língua natural.

Concluimos que não seria possível expor às crianças todas as sentenças (bem ou mal formadas) da língua, fato que nos garante haver uma competência linguística inata. O curso da experiência é tido como um mecanismo motivado por fatores externos. Por meio da exposição aos dados da língua no ambiente em que a criança se encontra e por meio dos processos

mentais que ocorrem na faculdade da linguagem, inicia-se o processo de aquisição de uma língua particular.

O fator que permite à criança decidir se uma sentença é gramatical ou não, durante e após o processo de aquisição é, pois, o conhecimento que ela tem de sua língua, a sua gramática internalizada. Vale ressaltar que os falantes/ouvintes de uma língua, além de possuírem intuições sobre o caráter sintaticamente aceitável ou inaceitável das combinações de sons e dos elementos morfossintáticos em seu sistema linguístico, também sabem que as sequências de sua língua se estruturam sintaticamente em hierarquias, formando grupos maiores denominados constituintes. Distinguem-se, então, dois conceitos fundamentais: competência que é a capacidade que o ser humano tem de adquirir, compreender uma língua; e desempenho, que é o uso que o falante faz desse sistema linguístico, abrangendo outros fatores que são externos à competência.

Chomsky (1998) afirma ainda que uma teoria da linguagem tem de satisfazer duas condições: a adequação descritiva, que tem vigência para a gramática de uma língua particular e consiste em explicar as propriedades dessa gramática; e a adequação explicativa, que tem vigência para a teoria geral da linguagem, a Gramática Universal.

Na tentativa de conciliar as exigências de adequação descritiva e explicativa e de dar conta das variações translinguísticas (as quais são variações existentes na superfície das estruturas sintáticas de línguas para línguas), tendo em vista o pressuposto da Gramática Universal, Chomsky (1986) propôs a Teoria de Princípios e Parâmetros. Conforme afirma Miotto (2004: 24):

A faculdade da linguagem é composta por princípios que são leis gerais válidas para todas as línguas naturais; e por parâmetros que são propriedades que uma língua pode ou não exigir e que são responsáveis pela diferença entre as línguas. Uma sentença que viola um princípio não é tolerada em nenhuma língua natural provavelmente porque tem a ver com a forma como o cérebro/a mente da espécie funciona; uma sentença que não atende a uma propriedade paramétrica pode ser gramatical em uma língua e agramatical em outra.

O trabalho do linguista consiste, nessa teoria, na formulação de hipóteses sobre os princípios inatos e universais que constituem a Gramática Universal, aplicados a todas as línguas naturais, e sobre os parâmetros – responsáveis pelas variações translinguísticas, isto é, variações existentes de uma língua para outra.

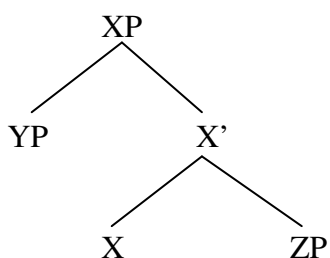
A teoria dos Princípios e Parâmetros foi construída em módulos para explicar os diversos fenômenos nas línguas do mundo. Para efeitos do fenômeno que estamos analisando, será relevante trabalhar com três desses módulos: a Teoria X-barra, a Teoria Temática e a Teoria do Caso.²

Teoria X-Barra

A Teoria X-Barra pretende dar conta da organização interna dos constituintes, postulando haver uma estrutura hierárquica abstrata para a construção dos sintagmas e das sentenças. Essa estrutura consiste em três níveis de categorias sintagmáticas: as categorias mínimas (as categorias lexicais – sendo que X representa uma variável que pode ser preenchida por uma categoria N(ome), V(erbo), A(djetivo) ou P(reposição)), as categorias máximas (as categorias sintagmáticas – XP) e as categorias de nível intermédio (que estabelecem a conexão entre categorias mínimas e categorias máximas e são representadas por meio da notação X’).

A configuração abstrata da Teoria X-Barra capta uma propriedade importante dos sintagmas que é o fato de eles serem endocêntricos (isso significa que as propriedades do núcleo são preservadas em cada projeção) e é representada segundo o esquema a seguir, em que os níveis sintagmáticos YP e ZP correspondem, respectivamente, às funções sintáticas de especificador e de complemento:

(8) Configuração abstrata da Teoria X-Barra



² Nas seções subsequentes, apresentaremos a formulação teórica desses três módulos com base na versão de Princípios e Parâmetros. No desenvolvimento recente da teoria gerativa, o Programa Minimalista (Chomsky (1995)) trata os princípios e restrições desses módulos como condições para a boa formação das sentenças, eliminando restrições e níveis de análise que não estejam diretamente relacionados a essas condições.

O nosso trabalho está focado na relação entre a categoria verbal, a expressão sintática do seu complemento (que, no nosso caso, é um sintagma preposicional, já que se trata de verbos transitivos indiretos) e a manifestação (ou não) do argumento externo do verbo em posição de especificador.

Teoria Temática

Definimos como papel temático (papel- θ) o tipo de relação semântica que se encontra associada aos argumentos de um predicador, no nosso caso, ao sujeito e aos complementos de um verbo. Assim, por exemplo, o verbo *entregar* seleciona três argumentos com os seguintes papéis temáticos: Agente, Tema e Alvo.

Há várias tipologias de papéis temáticos, baseadas numa classificação semântica dos verbos, sendo duas as mais difundidas: a tipologia nascida na teoria temática de cunho gerativista (Gruber (1967); Fillmore (1968); Jackendoff (1972)) e a tipologia nascida no quadro da gramática de valências (Tesnière (1988)).

Constituem funções temáticas, no quadro da teoria gerativa, os papéis de Tema, Fonte, Alvo, Recipiente, Lugar, Agente, Experienciador, Causa, Instrumento, Benefactivo/Malefactivo. Sobre a conceituação de cada um dos papéis temáticos, não há um consenso entre os linguistas, porém, a título de exemplificação, trazemos a classificação de Duarte (2003: 202):

- (i) TEMA (ou PACIENTE) = entidade que é afetada pelo efeito de alguma ação: *O menino fez a Maria cair.*
- (ii) AGENTE/CAUSADOR = instigador de alguma ação: *O soldado matou o inimigo.*
- (iii) EXPERIENCIADOR = entidade que experiência algum estado psicológico ou físico: *João está feliz.*
- (iv) POSSUIDOR/RECIPIENTE = entidade que recebe ou possui alguma entidade: *João obteve de Maria um presente.*
- (v) ALVO = entidade para onde algo se move: João foi para casa.

É importante esclarecer que as funções sintáticas não se confundem com os papéis temáticos. Por exemplo, ao sujeito de uma frase podem estar associados os papéis de Agente, de Fonte, de Experienciador ou de Tema. Ainda assim, muitos linguistas têm tentado formular uma tipologia universal dos papéis temáticos, organizados em termos de uma hierarquia temática, no intuito de representar a relação entre as funções sintáticas e os papéis desempenhados pelos argumentos de um predicado.

A restrição universal da Teoria Temática em relação à atribuição de papéis temáticos pelos predicadores é conhecida como Critério- θ . Segundo essa restrição, cada papel temático corresponde a apenas um argumento e cada argumento corresponde a apenas um papel temático.

Teoria do Caso

A Teoria do Caso é o módulo da gramática gerativa que estabelece os princípios que regulam a relação entre os argumentos de um predicador e as funções sintáticas que eles desempenham na sentença. A definição de Caso pode ser dada como em Blake (2001: 1): “*Case is a system of marking dependent nouns for the type of relationship they bear to their head*”.³

A noção de Caso é dada em termos abstratos, podendo corresponder ou não a marcas morfológicas vinculadas aos sintagmas determinantes (DPs), as quais expressam as funções sintáticas desses DPs. Na gramática das línguas com sistemas casuais morfológicos (como o latim, o finlandês e o russo, entre muitas outras), o Caso abstrato corresponde uma marca morfológica nos DPs. Já em línguas como o português, em que não há morfologia específica para Caso, acredita-se que os DPs estejam associados a um certo Caso abstrato, uma vez que desempenham determinadas funções sintáticas.

De acordo com Mito (2004), são três os Casos abstratos estruturais: o Nominativo (que está relacionado à função de sujeito oracional), o Acusativo (que é o Caso do argumento interno direto) e o Oblíquo (que é o Caso dos sintagmas preposicionais em geral – sejam

³ “Caso é um sistema de marcação dos nomes dependentes para o tipo de relação que eles têm com seus núcleos.” Agradeço ao professor Fábio Bonfim pela indicação dessa referência bibliográfica.

complementos, sejam adjuntos). Além do conceito de Caso abstrato estrutural, Chomsky (1981) postula também a existência dos chamados Casos inerentes, que estão associados a posições- θ particulares. Por exemplo, no sintagma *a construção da ponte*, o substantivo *construção* atribui Caso inerente e papel temático ao NP *a ponte*, sendo a preposição *de* o elemento que vai realizar sintaticamente o Caso.

A Teoria do Caso abrange um só princípio, o Filtro do Caso, cuja exigência é a de que um DP pronunciado tenha Caso. Sendo assim, o licenciamento de um DP, na teoria gerativa, se faz por meio de papel temático e Caso. A ausência de quaisquer dessas duas propriedades não torna viável a ocorrência de um DP em uma sentença.

Para o nosso trabalho, é importante ressaltar que um determinado argumento pode não receber Caso na posição em que recebe papel temático, o que provoca o deslocamento desse argumento para uma posição de Caso, como nas passivas, em que o argumento interno se desloca para a posição de sujeito onde recebe Caso nominativo. Além disso, uma vez que estamos tratando de complementos preposicionados, é também relevante a distinção, encontrada em Chomsky (1986), entre preposições lexicais e preposições funcionais.

As preposições lexicais se definem pela capacidade de selecionar semanticamente os seus complementos, atribuindo a esses complementos uma determinada interpretação (um papel temático), e um determinado Caso (o Caso oblíquo). Os exemplos em (9), retirados de Mioto (2004: 54), mostram que a preposição *sobre* seleciona complemento com interpretação semântica de locativo (*a mesa*, em (9a)), e um complemento que não possa ser interpretado como locativo gera a agramaticalidade da sentença, como em (9b). Além disso, a omissão de uma preposição lexical torna a sentença agramatical, como em (10), em que o DP *a mesa* não recebe papel temático nem Caso do verbo *desmaiar*, que é um verbo de um argumento apenas, violando, portanto, o Critério- θ e o Filtro de Caso:

- (9) a. A Maria desmaiou sobre a mesa.
b. *A Maria desmaiou sobre a esperança.
- (10) *A Maria desmaiou a mesa.

Já as preposições funcionais selecionam apenas categorialmente os seus complementos (que são DPs), não atribuindo a eles uma interpretação específica. Nesse caso, o atribuidor de

papel temático ao DP é o núcleo lexical que seleciona semanticamente esse DP (ou seja, o verbo, o nome ou o adjetivo com que esse DP se relaciona tematicamente). Esse núcleo lexical é também considerado o atribuidor de Caso ao DP, sendo o Caso realizado pela preposição funcional, conforme exemplificado pelo dado (11), em que o DP *o acidente* é argumento do verbo, embora seja marcado com Caso dativo, por intermédio da preposição. Nesses casos, observam-se empiricamente situações nas quais a preposição pode ser omitida, a depender de restrições morfossintáticas e semânticas do predicado, como mostra o dado (12):

(11) Os transeuntes não obedecem ao sinal de trânsito.

(12) Os transeuntes não obedecem o sinal de trânsito.

4. Estrutura do trabalho

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais.

O primeiro capítulo aborda o tratamento dado pela tradição gramatical em relação aos conceitos diretamente relacionados ao tema da pesquisa, especificamente transitividade, complementos verbais e voz passiva.

No Capítulo 2, apresentamos três propostas teóricas, de base formalista, para a análise das construções passivas: Perlmutter & Postal (1984); Jaeggli (1986); Baker, Johnson & Roberts (1989).

No Capítulo 3, buscamos discutir aspectos diacrônicos e sincrônicos relativos à expressão sintática dos verbos transitivos indiretos que admitem a construção passiva, considerando principalmente fatos observados no latim e no português contemporâneo, a saber: a mudança de regência a que se submeteram alguns verbos na passagem do latim para o português, a ocorrência de duplo acusativo com alguns dos verbos de nosso interesse e a variação na marcação de Caso acusativo/dativo dos complementos pronominais de certos verbos no português brasileiro contemporâneo. Para abordar os fatos diacrônicos, utilizamos gramáticas latinas (tais como Almeida (1997), Saraiva (1986), Ravizza (1953) e Ferreira (1997)) e dicionários de regência verbal (especialmente Fernandes (1989) e Luft (1987)), bem

como trabalhos descritivos sobre a formação histórica da língua portuguesa, como Almeida (1962), Said Ali (2001) e Mattos e Silva (2006). Com relação ao aspecto sincrônico, apoiamonos nos trabalhos de Salles (1992, 1997), Bispo (2004) e Lucas (2008).

No Capítulo 4, tecemos uma proposta de análise para a alternância passiva com os verbos transitivos indiretos, tomando como hipótese a perda da distinção entre o Caso acusativo e o Caso dativo no português do Brasil.

CAPÍTULO 1

Transitividade, Complementação e Passiva na Tradição Gramatical

Este capítulo objetiva apresentar o tratamento dado pela tradição gramatical aos conceitos diretamente relacionados ao tema da nossa pesquisa, que é a formação de construções passivas com verbos transitivos indiretos. Começaremos o capítulo pela discussão do conceito de transitividade (seção 1.1), passando, em seguida, à descrição dos tipos de complementos verbais, dentre os quais se incluem os objetos indiretos (seção 1.2). Essas seções subsidiarão a apresentação das propriedades atribuídas pela tradição gramatical à passiva no português (seção 1.3).

Para dar suporte a esta apresentação, foram consultadas gramáticas tradicionais escritas em diferentes períodos: Almeida (1962), Rocha Lima (1957/1972), Cegalla (1964/1992), Barros (1985), Cunha & Cintra (1985/2001), Kury (1990/2000), Sacconi (1995), Bechara (1999). À discussão serão acrescentados elementos retirados também das obras de Said Ali (1931/2001), Perini (1995/2000) e de Cunha & Souza (2007).¹

1.1 A classificação dos verbos quanto à transitividade verbal

O conceito de transitividade verbal e a classificação dos verbos quanto à transitividade não apresentam um tratamento consensual entre os gramáticos. Esse fato decorre de que as abordagens tradicionais do tema ora estão atreladas a aspectos sintáticos, ora a aspectos semânticos, sem que fique necessariamente explícita uma correlação entre esses níveis de análise. Essa é uma das críticas que têm sido constantemente feitas às gramáticas normativas:

¹ Estamos inserindo, nesse primeiro momento, o ano de publicação das primeiras edições de alguns desses manuais, para efeitos de contextualizá-los no tempo. Ao longo do capítulo, referir-nos-emos apenas ao ano de publicação do volume consultado.

falta-lhes a consolidação de uma teoria consistente e coerente, em que os critérios de análise estejam bem estabelecidos, possibilitando a construção de uma metalinguagem que, de fato, explique os dados de língua.

Por outro lado, devemos esclarecer, neste intróito, que os estudos linguísticos alargaram grandemente o entendimento a respeito da transitividade, buscando conciliar a sintaxe à semântica dos verbos, o que aponta para uma análise mais atenta sobre os fatos gramaticais da língua (cf. Perini (2000)).

Cunha & Souza (2007: 25) afirmam que o termo transitividade tem sua origem no latim *transitivus* – que é algo que vai além, que se transmite. Em seu sentido original, denota a transferência de uma atividade de um agente para um paciente. Segundo Kury (2000: 30), “este é o sentido etimológico de ‘transitividade’: chamavam os gramáticos latinos de transitiva a oração que podia ‘transitar’ para a voz passiva, e, por extensão, transitivo ao verbo que lhe formava o predicado” (a relação entre ativa e passiva será tratada na seção 1.3).

O fenômeno da transitividade apresenta um componente sintático e um componente semântico. Uma oração transitiva descreve um evento que potencialmente envolve pelo menos dois participantes, um que é responsável pela ação, codificado sintaticamente como sujeito, e outro que é afetado por essa ação, codificado sintaticamente como objeto direto. A gramática normativa, seguindo a tradição latina, atribui à noção de transitividade a ideia de ação que passa adiante, que vai a um complemento, classificando, com base nessa propriedade, os verbos em intransitivos, transitivos diretos e transitivos indiretos. Assim, em Cunha & Cintra (2001) se verifica, quanto aos verbos intransitivos, que a ação está integralmente contida nas formas verbais, i.e., a ação não vai além do verbo, como no exemplo retirado da página 135 (grifos nossos):

(1) Sobe a névoa... A sombra desce... (PC, 281)

Ainda para esses autores, os verbos transitivos diretos são os em que a ação expressa pelo verbo se transmite a um complemento diretamente, ou seja, sem o auxílio de preposição. São exemplos os dados retirados da página 136, em que os eventos de *ver* e *invejar* se transmitem aos sintagmas *o doente* e *os homens*:

- (2) Vou ver o doente. (OM, 206)
- (3) Ela invejava os homens. (OM, 207)

Para Cunha & Cintra (*op. cit.*: 136), os verbos transitivos indiretos são os em que a ação expressa pelo verbo transita para um complemento da oração indiretamente, isto é, por meio da preposição *a*, conforme ocorre em:

- (4) Da janela da cozinha, as mulheres assistiam à cena. (R. de Queirós, TR, 15)
- (5) Perdoem ao pobre tolo. (C. dos Anjos, DR, 235)

Ainda há, segundo os autores, os verbos simultaneamente transitivos diretos e indiretos, em que a ação expressa pelo verbo transita para dois complementos da oração, a um tempo, direta e indiretamente. Os verbos dos exemplos a seguir (retirados de Cunha & Cintra (2001: 137)) requerem dois constituintes para completar-lhes o sentido, a saber, *paz e ao lombá*, no exemplo (6), e *lhe e prudência*, no exemplo (7):

- (6) O sucesso do seu gesto não deu paz ao Lomba. (M. Torga, NCM, 51)
- (7) Apenas lhe aconselho prudência. (C. de Oliveira, CD, 94)

Adotando uma outra perspectiva, Barros (1985: 303) afirma que “transitividade, em sentido real, significa converter”. Desse modo, como será discutido na seção 1.3, seriam transitivos somente os verbos suscetíveis de conversão à voz passiva, o que significa excluir dessa classificação os chamados transitivos indiretos e os intransitivos. Segundo Barros, os verbos se classificam, quanto à predicação, em:

- a) Transitivos: são os que admitem objeto direto, permitindo, portanto, a conversão à voz passiva.
- b) Intransitivos: são os que não admitem voz passiva, incluindo-se nessa relação:
 - b.1) intransitivos absolutos: os auto-suficientes, isto é, os que não necessitam de qualquer complemento;
 - b.2) intransitivos relativos: os que exigem um complemento preposicionado.

Fazendo um paralelo entre a classificação de Cunha & Cintra (2001) e a de Barros (1985), observamos que os verbos intransitivos, em Cunha & Cintra (*op. cit.*), correspondem aos intransitivos absolutos, em Barros (1985): são os verbos sem complemento. Já os transitivos diretos, em Cunha & Cintra (*op. cit.*), correspondem aos transitivos, em Barros (*op. cit.*): são os que exigem complemento direto e admitem a conversão à voz passiva. Por fim, os transitivos indiretos, em Cunha & Cintra (*op. cit.*), correspondem aos intransitivos relativos, em Barros (*op. cit.*): são os que exigem complemento preposicionado e não apresentam possibilidade de conversão à voz passiva.

Cunha & Cintra (2001: 520-1) afirmam, ainda, que pode haver variabilidade da predicação verbal, sendo a análise da transitividade verbal feita de acordo com o texto e não isoladamente, como mostram os exemplos a seguir:

- | | |
|---|-----|
| (8) Deus bom, que assiste os coitados. (C.dos Anjos, DR, 129) | VTD |
| (9) Assisti a algumas touradas. (A.F.Schmidt, AP, 175.) | VTI |
| (10) Dois daqueles assistiam no termo de Vila Nova da Rainha. | VI |

No exemplo (8), o verbo *assiste* significa *ajuda, auxilia* e, nessa interpretação, rege um complemento direto (*os coitados*). No dado (9), o significado do verbo é *ver, presenciar*, e a expressão *a algumas touradas* exerce a função de complemento indireto. No exemplo (10), o verbo *assistir*, com o significado de *morar*, é intransitivo e o sintagma preposicional *no termo de Vila Nova da Rainha* se classifica como adjunto adverbial de lugar, segundo a tradição gramatical.

Outros gramáticos também fazem referência à variação da transitividade. Nos casos tratados por Bechara (1999: 415), de onde foram extraídos os dados abaixo, “um mesmo verbo pode ser usado transitiva e intransitivamente, principalmente quando o processo verbal tem aplicação muito vaga”:

- | | |
|--------------------------|-----|
| (11) Eles comeram maçãs. | VTD |
| (12) Eles não comeram. | VI |

Nos exemplos (11) e (12), o verbo *comer* mantém-se com o mesmo sentido básico (ainda que no exemplo (12) possa ser interpretado simplesmente como *alimentar-se*), mas apresenta-se com complemento direto em (11) e sem nenhum complemento em (12). Com relação a esse fenômeno, Bechara (*op.cit*) conclui que a oposição entre transitivo e intransitivo não se dá de forma absoluta, pertencendo, pois, mais ao léxico do que à gramática.

Nesse sentido, Cunha & Souza (2007: 27), ao se referirem à gramática de Cunha & Cintra, apontam que esses gramáticos fazem referência ao papel do contexto linguístico na interpretação/aferição da transitividade do verbo, mostrando que a análise da transitividade verbal deve ser feita de acordo com o contexto sintático e não isoladamente, de forma que o mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente. Cunha & Souza (2007) concluem que a transitividade não é uma propriedade intrínseca do verbo como item lexical, mas sujeita a fatores que ultrapassam o âmbito do sintagma verbal (SV).²

Ainda sobre a questão da transitividade, observamos que Rocha Lima (1972) considera que o complemento forma com o verbo uma expressão semântica, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, ou por estar omissa, ou por estar incompleto. Em razão da função do tipo de complemento que requerem para formar essa expressão semântica, Rocha Lima (1972: 340) classifica os verbos em intransitivos, transitivos diretos, transitivos indiretos, transitivos relativos, transitivos circunstanciais, bitransitivos, de acordo com as definições e exemplos a seguir (Rocha Lima, 1972: 239-252):

a) Intransitivos: encerram em si a noção predicativa, dispensando quaisquer complementos.

(13) O soldado morreu.

b) Transitivos diretos: exigem a presença de um complemento direto.

(14) Construir uma casa.

² Observe-se, com relação a essa questão, que os dados de (8)-(10), retirados de Cunha & Cintra (2001: 520-521) implicam uma relação entre mudança de transitividade e mudança necessária de sentido do verbo *assistir*. Já nos dados (11)-(12), retirados de Bechara (1999: 415), a mudança de transitividade não está vinculada necessariamente a uma mudança de sentido do verbo, que apenas tem o seu significado mais restringido.

c) Transitivos indiretos: pedem a presença de um complemento indireto.

(15) Dar esmola a um mendigo.

d) Transitivos relativos: apresentam um complemento preposicional, chamado relativo.

(16) Dependere de despacho.

e) Transitivos circunstanciais: requerem um complemento, preposicional ou não, chamado circunstancial.

(17) Morar em Paquetá.

(18) A guerra durou cem anos.

f) Bitransitivos: têm concomitantemente um objeto direto e um indireto (19), ou um objeto direto e um complemento relativo.

(19) “Iracema, depois que ofereceu aos chefes o licor de Tupã, saiu do bosque.” (José de Alencar)

Rocha Lima (1972: 252) alerta para o fato de que certos tipos de verbos merecem uma atenção mais cuidadosa quanto à classificação: é o caso dos verbos de movimento, que se enquadrariam na definição de transitivos circunstanciais, pois tais verbos exigem “um complemento de natureza adverbial”. Um exemplo é o verbo *ir*, na construção *Ir a Roma*, para o qual o autor afirma que “por seu valor de verbo de direção, *ir* exige, por assim dizer, a preposição *a* para ligá-lo ao termo locativo”.

Com relação a esse ponto, Rocha Lima (1972) se distingue da maioria dos gramáticos, que costumam classificar os verbos dos três exemplos abaixo como intransitivos, sendo o sintagma *em Brasília* classificado como adjunto adverbial de lugar:

- (20) Ele mora em Brasília.
- (21) Ele está em Brasília.
- (22) Ele morreu em Brasília.

No entanto, não se pode negar que o termo *em Brasília* representa relações diferentes com os verbos em cada um dos casos. Apenas em relação ao verbo *morreu* esse sintagma pode ser considerado um adjunto, uma vez que, em (20) e (21), esse termo é necessário, dado à natureza locativa dos verbos *morar* e *estar* nesses contextos, como ressalta Rocha Lima (1972).

Como contraponto à visão tradicional sobre transitividade, Perini (2000) afirma que a concepção de transitividade adotada pelos normativistas é fortemente semântica, pautada na complementação do sentido dos verbos, o que resulta na oposição exigência *versus* recusa de complemento (característica que define as classes de verbos transitivos, em contraste com a de intransitivos, respectivamente). Perini (2000) analisa a classificação tradicional dos verbos quanto à transitividade e à regência, observando que o problema com relação a essa classificação reside no fato de o sistema não prever lugar para verbos que possam ter objeto direto ou não; logo, é de se presumir que tais verbos não existam. No entanto, o autor afirma que eles existem e são maioria no conjunto de verbos da língua portuguesa.

Com base nesse fato, Perini avança na direção de uma proposta de análise em que cada verbo seja especificado com relação à possibilidade de ocorrência de objeto direto. Assim, os verbos seriam marcados como: exige objeto direto (cf. dado (23) vs (24)), recusa objeto direto (cf. dado (25) vs (26)) e aceita livremente objeto direto (cf. dados (27) -(29)):

- (23) Gato faz barulho de noite.
- (24) *Gato faz de noite.
- (25) *Ele nasceu um nascimento tranquilo.
- (26) Ele nasceu.
- (27) Meu gato já comeu todo o mingau.
- (28) Meu gato já comeu.
- (29) Meu gato quase não come.

Nota-se que, em (28) e (29), o complemento está semanticamente contido no verbo, que tem um significado geral mais específico: *já comeu* equivale a *já se alimentou*. Perini ressalta que, para dar conta desses casos, seria necessária a análise da situação em que o verbo está inserido (o contexto sintático). Assim, poder-se-ia dizer que, na primeira oração, o verbo *comer* é transitivo e, na segunda oração, intransitivo. A transitividade não seria, portanto, uma propriedade particular dos verbos, mas dos contextos sintáticos em que ele se insere.

Perini salienta, ainda, que esse fenômeno ocorre tanto com verbos considerados tradicionalmente transitivos (cf. dados (27)-(29)) quanto com os verbos intransitivos, como, por exemplo, em:

(30) João dormiu.

(31) João dormiu um sono tranquilo.

Em síntese, a proposta de Perini (2000), a respeito da transitividade, se sustenta nas noções de exigência, recusa e aceitação livre de complementos, desdobrando, assim, duas classificações tradicionais (verbos transitivos e intransitivos) em três (verbos que exigem, que recusam ou que aceitam livremente ODs).³

Perini argumenta a favor de uma concepção de transitividade puramente formal, que utiliza a função sintática Objeto Direto para marcar cada verbo, independentemente de traços do seu significado, embora admita que possa haver uma relação entre transitividade e traços do significado dos verbos, como a exigência de agente, paciente, etc, e contexto.

Na análise de Perini (2000), três pontos se destacam:

- (i) A transitividade não é uma propriedade inerente de um dado verbo. Dependendo do contexto de uso, um mesmo verbo pode oscilar/variar entre uma classificação transitiva ou intransitiva.
- (ii) O sintagma nominal que é sintaticamente analisado como objeto direto nem sempre funciona semanticamente como paciente da ação verbal, afastando-se da classificação tradicional.

³ Quanto ao objeto indireto, e, por consequência, os verbos transitivos indiretos, Perini faz uma abordagem que contraria a análise da gramática tradicional, considerando-os como adjuntos circunstanciais. O autor toma como exemplo o verbo *gostar*, que necessita de um complemento, o qual não deve ser analisado sintaticamente como OI, mas como adjunto circunstancial precedido da preposição *de*. Nesse sentido, a análise de Perini se aproxima da de Rocha Lima (1972), conforme veremos na seção 1.2 deste trabalho.

(iii) Na avaliação da transitividade interagem elementos tanto de natureza sintática (presença/ausência de SN complemento), quanto semântica (papel semântico do objeto) e pragmática (uso textual do verbo).

O posicionamento teórico de Perini está de acordo com a ideia, corrente na gramática gerativa, de que os verbos (ou melhor, os predicados) são listados no léxico, em que também estão especificados quais argumentos são obrigatórios e quais são opcionais.

1.2 Os tipos de complemento verbal

Mencionamos, na seção anterior, que os verbos transitivos diretos são, segundo a tradição gramatical, os que admitem a conversão para a voz passiva. Mostramos, entretanto, na nossa Introdução, que também é possível formar passiva com verbos considerados tradicionalmente como transitivos indiretos. Nesse sentido, consideramos que entender a conceituação dos complementos verbais e a intuição por trás das suas classificações pode trazer elementos interessantes para o nosso trabalho.

Os complementos verbais correspondem aos sintagmas que atendem às exigências semânticas e sintáticas do núcleo do predicado, no caso, os verbos. Na tradição gramatical, dividem-se em objetos diretos (OD) e objetos indiretos (OI).

Segundo Bechara (1999), o complemento direto, também chamado objeto direto, é representado por um signo léxico de natureza substantiva (substantivo ou pronome) não introduzido por preposição necessária. Vejamos os exemplos retirados de Bechara (*op. cit.*: 416), em que os complementos diretos aparecem destacados:

(32) Os vizinhos não viram o incêndio.

(33) Não encontramos os responsáveis.

(34) O pai comprou nova casa.

Para Cegalla (1992: 294), o OD tem as seguintes características: a) completa a predicação dos verbos transitivos diretos; b) normalmente, não vem regido de preposição; c)

traduz o ser sobre o qual recai a ação expressa por um verbo ativo; d) torna-se sujeito da oração na voz passiva (como em (35)).

(35) Abel foi morto por Caim.

Ainda para Cegalla (*op cit*), o OD pode ser preposicionado, ou seja: há casos em que o complemento de verbos transitivos diretos, vem precedido de preposição, geralmente, a preposição *a*. Segundo Cegalla (*op.cit.*: 295-297), isso ocorre principalmente:

a) quando o OD é um pronome pessoal tônico:

(36) Mas dona Carolina amava mais a ele do que aos outros filhos. (R. Jardim)

(37) “Amava-a tanto como a nós.” (J. Geraldo Vieira)

b) quando o objeto é o pronome relativo *quem*:

(38) “Pedro Severiano tinha um filho a quem idolatrava.” (C. de Laet)

c) quando é preciso assegurar a clareza da frase, evitando que objeto direto seja tomado como sujeito:

(39) Vence o mal ao remédio. (Antonio Ferreira)

(40) Olho Gabriela como a uma criança, e não mulher feita. (Ciro dos Anjos)

d) em expressões de reciprocidade, para garantir a clareza e a eufonia da frase:

(41) Os tigres despedaçam-se uns aos outros. (C. Castelo Branco)

e) com nomes próprios ou comuns, referentes a pessoas, principalmente na expressão dos sentimentos ou por amor da eufonia da frase:

(42) Amemos a Deus sobre todas as coisas.

f) em construções enfáticas, nas quais se antecipa o objeto direto para dar-lhe realce:

(43) A você é que não enganam!

(44) A médico, confessor e letrado nunca enganes.

g) sendo objeto direto o numeral *ambos (as)*:

(45) O aguaceiro caiu, molhou a ambos. (Aníbal Machado)

h) com certos pronomes indefinidos, sobretudo referentes a pessoas:

(46) Como fosse acanhado, não interrogou a ninguém. (Machado de Assis)

(47) A estupefação imobilizou a todos. (Machado de Assis)

i) em certas construções enfáticas, como *puxar (ou arrancar) da espada, pegar da pena, cumprir com o dever, atirar com os livros sobre a mesa, etc.:*

(48) Arrancam das espadas de aço fino... (Camões)

A respeito dos ODs preposicionados, Said Ali (2001: 126) afirma: “o termo que integra o sentido do verbo transitivo tem o nome de objeto direto ou acusativo e toma a partícula *a* quando denote ente animado e convenha por essa forma tornar bem clara a função objetiva do substantivo”.

Com relação ao complemento ou objeto indireto, Bechara (1999: 421) apresenta as seguintes características formais e semânticas: a) é introduzido apenas pela preposição *a* (raramente *para*); b) o signo léxico denota um ser animado ou concebido como tal; c) expressa o significado gramatical “beneficiário”, “destinatário”; d) é comutável pelo pronome pessoal objetivo *lhe/lhes*, que leva a marca de número do signo léxico referido. Os exemplos abaixo, que o autor apresenta à página 422 (grifos nossos), ilustram essas propriedades:

(49) a. Enviaram o presente à aniversariante.

b. Enviaram-lhe o presente.

(50) a. O diretor escreveu cartas aos pais.

b. O diretor escreveu-lhes cartas.

Cegalla (1992: 298) afirma que o objeto indireto pode também acompanhar verbos intransitivos, que, no caso, poderão ser considerados acidentalmente transitivos indiretos (51)-(52) ou verbos de ligação (53)-(54). São exemplos de Cegalla (1992: 299-300):

(51) A bom entendedor meia palavra basta.

(52) Isto não lhe convém.

(53) Para mim tudo eram alegrias.

(54) A terra lhe seja leve!

Segundo Cegalla (1992: 298), há também verbos que podem construir-se com dois objetos indiretos:

(55) Ela queixou-se de mim ao pai.

(56) Rogue a Deus por nós.

Ainda para esse gramático, o OI é sempre regido de preposição, expressa ou implícita. A preposição, para ele, estaria implícita nos pronomes objetivos indiretos (átonos) *me, te, se, lhe, nos, vos, lhes*, como nos exemplos a seguir:

(57) Obedece-me = obedece a mim.

(58) Peço-vos isto = peço isto a vós.

Uma classificação distinta das anteriores para os complementos verbais se encontra em Rocha Lima (1972: 252). A discordância entre os gramáticos diz respeito à análise do sintagma preposicionado de algumas construções tais como:

(59) Gostar de uvas.

(60) Estar à janela.

O problema é que alguns autores classificam esse termo como objeto indireto (OI) e outros como complemento relativo (CR) e complemento circunstancial (CC) respectivamente, o que se deixa transparecer na definição de verbos transitivos relativos e transitivos circunstanciais, de Rocha Lima (1972), apresentada na seção anterior.

Segundo Kury (2000: 33), os verbos transitivos não são necessariamente verbos de ação que pedem um objeto, a exemplo do verbo *pertencer a*, que pede complemento que designa o possuidor; *ir a*, que pede uma indicação de lugar. Kury (*op.cit*), ao considerar esse fenômeno, afirma que vários autores têm incluído esses verbos entre os transitivos, a exemplo de José Oiticica, que os denomina ‘verbos adverbiados’; de Rocha Lima, que lhes chama ‘transitivos circunstanciais’; e de Bechara, que sugere o nome ‘transitivos adverbiais’. Kury (*op cit*) também adota a terminologia ‘transitivos adverbiais’, para classificar verbos de movimento, tais como *ir*. O autor argumenta que as orações com esses verbos não se formam sem a presença dos sintagmas preposicionados em questão, o que seria suficiente para analisá-los como complementos e não como adjuntos, ainda que tenham natureza adverbial. Essa análise para os verbos de movimento corrobora a intuição de Nascentes (citado em Kury (2000: 33)), quando esse autor, embora incluía esses verbos entre os intransitivos, adverte que o complemento que indica direção não pode ser classificado como um elemento meramente acessório (como o são os adjuntos).

De acordo com os autores que adotam a distinção entre OI e CR, o objeto indireto pode ser identificado por um teste de clítico (como já mencionado anteriormente): substitui-se o termo com função de objeto indireto pelo pronome oblíquo átono *lhe*, *lhes*. Essa permuta ocorre, normalmente, com os verbos que exigem as preposições *a* e *para*. Bechara (1999) faz uma correlação entre o pronome *lhe*, *lhes* e o traço de pessoa ou coisa ou instituição personificada, correspondendo à ideia de beneficiário ou destinatário da ação, como exemplificado anteriormente nos dados (49)-(50) e nos dados em (61) a seguir:

- (61)a. O vendedor contou à polícia o fato ocorrido.
b. O vendedor contou-lhe o fato ocorrido.

Empregando esse tipo de teste, vemos que os sintagmas sublinhados nos dados abaixo se classificariam com CRs e não como OIs:

- (62)a. O médico assistiu ao belo filme.
b. *O médico assistiu-lhe.
(63)a. Os alunos gostam dos professores.
b. * Os alunos gostam-lhes.

Rocha Lima (1972: 251) define complemento relativo como o sintagma que, ligado ao verbo por uma preposição determinada (*a, com, de, em, etc.*), integra, com o valor de objeto, a predicação de um verbo de significação relativa. O mesmo autor ainda traz em nota a seguinte informação: “Verbos como *gostar de, depender de, precisar de, carecer de, lembrar-se de, fugir de, consentir em, assistir a (uma festa), proceder a, etc.*, não têm objeto indireto. O complemento deles se filia ora no ablativo, ora no genitivo, e se denomina complemento relativo”.⁴

Said Ali (2001: 126) também distingue OIs de CRs, indicando que a substituição do substantivo pelo pronome pessoal da 3ª pessoa nas formas *lhe, lhes* caracteriza o dativo, marca de objeto indireto. Caso a substituição seja possível, é porque se trata de um objeto indireto; caso não seja possível, sugere que o sintagma preposicionado seja analisado como complemento relativo.

Os complementos relativos, ao contrário dos objetos indiretos, só se substituem pelas formas pronominais tônicas, que vêm encabeçadas por preposição, conforme vemos nos exemplos de Rocha Lima (1972: 252):

- (64)a. Depend^{er} de despacho.
b. Depend^{er} dele.

⁴ Como se vê, Rocha Lima associa o complemento relativo aos casos ablativo e genitivo do latim, em oposição ao complemento indireto, que corresponderia ao dativo, e ao complemento direto, que corresponderia a acusativo (como apresentamos anteriormente, citando Almeida (1962)).

- (65)a. Precisar de conselhos.
 - b. Precisar deles.
- (66)a. Gostar de uvas.
 - b. Gosta delas.
- (67)a. Assistir a um baile.
 - b. Assistir a ele.
- (68)a. Anuir a uma proposta.
 - b. Anuir a ela.

Uma evidência em favor da distinção entre as funções gramaticais de OI e CR está na possibilidade de co-ocorrência entre elas:

- (69)Os vizinhos se queixaram do barulho à polícia.
 - a. Complemento relativo: do barulho
 - b. Complemento indireto (destinatário): à polícia.

Trata-se, como se pode notar, das construções que Cegalla (1992), citado anteriormente, analisou como sendo de duplo objeto indireto. Tomando-se o teste do clítico, veremos que, de fato, apenas um dos sintagmas exerce essa função (a outra sendo a de complemento relativo, na abordagem de Rocha Lima (1972)):

- (70)Os vizinhos se lhe queixavam do barulho.⁵

Em relação ao objeto indireto, observa-se uma preferência pela preposição *a*, em relação à preposição *para*. Alega-se que o uso não muito frequente do emprego da preposição *para* como introdutora do objeto indireto deve-se ao duplo sentido que pode gerar em construções como:

- (71)O aluno entregou o livro para a professora.

⁵ Ou, em português brasileiro contemporâneo, simplesmente: *Os vizinhos lhe queixavam do barulho.*

Um dos entendimentos que se têm dessa sentença é o de que o livro foi entregue pelo aluno ao destinatário, no caso, a professora. Nessa interpretação, pode-se fazer a seguinte substituição, de modo que a classificação do sintagma preposicional seria objeto indireto:

(72) O aluno entregou-lhe o livro.

No entanto, pode-se também interpretar que o aluno entregou o livro (a alguém) a pedido da professora ou em lugar dela. Nesse caso, não é possível a pronominalização, o que configuraria a classificação desse sintagma como complemento relativo e impediria a substituição por *lhe*:

(73)*O aluno entregou-lhe o livro.

Segundo a tradição gramatical, uma característica do objeto indireto – em regra, dos complementos preposicionados – é que eles restringem a construção do predicado na voz passiva. Kury (2000: 31) reforça que a exigência de preposição no objeto impede que os verbos transitivos indiretos se construam na voz passiva. O autor ressalta ainda que poucos verbos atualmente transitivos indiretos admitem a voz passiva, “muitas vezes pelo fato de se construírem, no português antigo, como transitivos diretos. Tais são, por exemplo, *obedecer*, *perdoar*, *pagar*, *visar*, etc”. Esse fato será retomado no Capítulo 3 desta dissertação.

Rocha Lima (1972: 343) afirma que o verbo transitivo direto, quando se torna pronominal, modifica a sua regência e passa a exigir uma preposição. Nesse caso, então, o objeto direto passa a complemento relativo.

(74)a. Admirar o talento de alguém.

b. Admirar-se do talento de alguém.

(75)a. Aproveitar as circunstâncias

b. Aproveitar-se das circunstâncias

(76)a. Semelhar um anjo

b. Semelhar-se a um anjo

Pode-se, então, chegar à conclusão de que as funções de objeto direto, de objeto indireto e de complemento relativo distinguem-se estruturalmente e têm relação com as configurações de atribuição de Caso: OD associado ao Caso acusativo; OI associado ao Caso dativo; e CR, aos Casos ablativo e genitivo.

Em resumo, o complemento relativo é uma proposta de análise do complemento verbal regido de preposição que se diferencia do OI por dois motivos: não pode ser substituído por *lhe* nem assume o papel de destinatário. No entanto, não deixa de obter o estatuto de complemento do verbo, visto que é selecionado por ele. Com relação ao OD, interessam ao nosso trabalho os casos em que esse termo aparece preposicionado, pois se configura aí um ambiente de flutuação da preposição, que, segundo os nossos estudos, pode ter relação com a alternância passiva.

1.3 As propriedades da voz passiva na tradição gramatical

Para Almeida (1997: 195-196), “A palavra passivo prende-se à mesma raiz latina de paixão (lat. *Passio, passionis*); ambas têm relação com sofrer, padecer (Paixão de Cristo = sofrimento de Cristo); daí a definição de voz passiva como sendo a voz que expressa uma ação sofrida pelo sujeito”.

Para Bechara (1999: 213), o conceito de voz ou diátese se refere à relação entre o acontecimento comunicado e seus participantes. O primeiro participante lógico, o sujeito, pode ser agente do acontecimento (voz ativa) ou objeto (voz passiva).

O autor define a voz passiva como a forma verbal que indica que alguém é recipiente da ação verbal, ou seja, o objeto da ação verbal. Daí dizer ser a pessoa, nesse caso, o paciente da ação verbal. Seguem-se os exemplos de Bechara (1999: 222):

(77)a. A carta é escrita por mim.

b. A árvore será plantada por nós.

A passividade, que reflete o fato de que o evento denotado pelo verbo recai sobre um determinado participante do evento, pode se dar a partir de uma forma específica do verbo (no

português, equivalente à forma nominal de particípio) ou não. Bechara (1999: 222) diz que a passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo.

(78) Os criminosos recebem o merecido castigo.

Percebemos, nesse exemplo, que a noção de passividade não está ligada à forma do verbo, daí não ter a ver com voz passiva, e sim com a semântica lexical do verbo, que acarreta para o argumento na posição de sujeito a interpretação de passividade.

Ainda com relação à passividade, Cegalla (1992: 188) classifica as formas verbais em formas passivas com sentido ativo (79)-(81) e formas ativas com sentido passivo (82):

(79) É chegada a hora. (= Chegou a hora.)

(80) Eu ainda não era nascido. (= Eu ainda não tinha nascido.)

(81) És um homem lido e viajado. (= que leu e viajou)

(82) Há coisas difíceis de entender. (= serem entendidas)

Um outro caso de falta de correspondência entre passividade e voz passiva se encontra no exemplo a seguir, em que o evento é denotado por meio de uma construção nominal e a noção de passividade recai sobre o sintagma exercendo a função de adjunto adnominal:

(83) A entrega do livro ao diretor pelo aluno foi um fato interessante.

As vozes dos verbos são um exemplo da interface entre sintaxe e semântica: referem-se à interpretação semântica (traduzida em termos de papéis temáticos) do sintagma em posição sintática de sujeito. De um modo geral, os gramáticos pesquisados (Cunha & Cintra (2001), Cegalla (1992), Kury (2000) e Bechara (1999)) associam a formação da voz passiva à classificação do verbo como transitivo direto. Assim, para ser apassivada, a sentença deve ter a seguinte configuração: verbo transitivo direto (pessoal) com um termo sujeito e um termo objeto direto (sem preposição) – um fato que já mencionamos anteriormente. A esse respeito, citamos Bechara (1999: 287):

Na passagem da ativa para a passiva, segue-se o esquema:
 1º) o sujeito da ativa, se houver, passa a agente da passiva;
 2º) o objeto direto da ativa, se houver, passa a sujeito da passiva;
 3º) o verbo da voz ativa passa para a voz passiva, conservando-se o mesmo tempo e modo;
 4º) não sofrem alteração os outros termos oracionais que apareçam.

Exemplo 1

Ativa	Passiva
Eu li o livro.	O livro foi lido por mim

Exemplo 2 (com pronome oblíquo)

Ativa	Passiva
Nós o ajudamos ontem.	Ele, ontem, foi ajudado por nós

Exemplo 3 (com sujeito indeterminado)

Ativa	Passiva
Enganar-me-ão.	Eu serei enganado

Exemplo 4 (com tempo composto)

Ativa	Passiva
Eles têm cometido erros.	Erros têm sido cometidos por eles

Exemplo 5 (com sujeito indeterminado de verbo que aparecerá na passiva pronominal)

Ativa	Passiva
Vendem casas.	Vendem-se casas
Vendem esta casa.	Vende-se esta casa.

Existe um consenso entre os autores de que, na comutação de ativa em passiva, a carga semântica dos participantes do evento se mantém, conquanto ocorram processos sintáticos: o que é agente se mantém agente; o paciente, paciente.⁶ Vejamos os exemplos retirados de Almeida (1962: 187):

(84) O tigre matou o caçador.

O tigre: sujeito/agente

matou: verbo ativo

o caçador: objeto direto/paciente

(85) O caçador foi morto pelo tigre.

O caçador: sujeito/paciente.

foi morto: locução verbal passiva

pelo tigre: agente da passiva.⁷

⁶ Ressalte-se que, embora a visão tradicional fale de conversão ou comutação de ativa em passiva, na nossa análise, em decorrência do arcabouço teórico que estamos adotando, acreditamos que se trata de construções derivadas independentemente uma da outra, a partir de propriedades específicas da construção sintática, ainda que possa haver uma correspondência semântica entre elas.

⁷ A função sintática agente da passiva remete a um sintagma oblíquo, em uma construção verbal, que carrega o papel semântico de agente. Portanto, a própria terminologia reflete a sobreposição entre sintaxe e semântica, na definição tradicional para as funções sintáticas.

A tradição gramatical aponta algumas restrições em relação à formação da passiva, conforme especificado a seguir:

a) restrições de natureza semântica: por exemplo, com a significação de *possuir*, o verbo *ter* não admite apassivação (86), enquanto com o sentido de *julgar*, esse verbo forma passiva (87).

(86)a. O diplomata tem dois filhos.

b. *Dois filhos são tidos pelo diplomata.

(87)a. Eles têm Salomão por sábio.

b. Salomão é tido por sábio por eles.

b) restrições de natureza sintática: por exemplo, o verbo *haver*, no sentido de *existir*, também não permite a apassivação, apesar de ser verbo transitivo direto, uma restrição que está relacionada ao fato de o verbo *haver*, com esse sentido, ser impessoal.

(88)a. Há bons livros nesta biblioteca.

b. *Bons livros são havidos nesta biblioteca.

O caso que estamos examinando neste trabalho é o da formação de passivas com verbos transitivos indiretos, um fato que contraria, em princípio, a regra tradicional da apassivação, que é a de ter verbo transitivo direto. Enfatizamos, entretanto, que alguns gramáticos, tais quais Bechara (1999) e Kury (2000), ressaltam que certos verbos, apesar de não serem transitivos diretos, admitem a transformação da oração ativa em passiva. Os exemplos a seguir foram extraídos de Bechara (1999: 417):

(89) Assistimos à missa > A missa foi assistida por nós.

(90) O proprietário pagou aos operários > Os operários foram pagos pelo proprietário.

(91) O diretor perdoará aos alunos > Os alunos serão perdoados pelo diretor.

(92) Os cidadãos obedecem à lei > A lei é obedecida pelos cidadãos.

(93) Todos responderam ao anúncio > O anúncio foi respondido por todos.

(94) Apelaram da sentença > A sentença foi apelada.

(95) Não aludiram a essas razões > Essas razões não foram aludidas.

1.4 Conclusões parciais

Neste Capítulo, trouxemos a abordagem da tradição gramatical aos assuntos de interesse do nosso trabalho, a saber: a transitividade verbal, os complementos verbais e a formação de voz passiva. Vimos que o conceito de transitividade não representa um consenso entre os diversos autores, como tampouco a classificação dos complementos verbais. A dificuldade, pelo que pudemos observar, está nos critérios específicos para a análise da transitividade, ora recaindo sob aspectos estritamente sintáticos, ora semânticos e até contextuais.

O problema com a conceituação de transitividade acaba redundando na divergência de classificação dos complementos verbais, especificamente no que se refere aos complementos preposicionados, que ora são agrupados sob o rótulo de objeto indireto e ora são subdivididos em objeto indireto (OI), complemento relativo (CR) e complemento circunstancial (CC). Uma observação importante, com respeito a essa divergência, para a continuidade do nosso trabalho, se refere à relação entre as classificações tradicionais para a função gramatical de complemento e a marcação de Caso que se observa nessa configuração: OD – Acusativo, OI – Dativo, CR/CC – Ablativo ou Genitivo. Trata-se, em última análise, de um problema relativo à sintaxe de complementação das sentenças.

Com relação à sintaxe do objeto direto, cumpre recapitular os casos de objeto direto preposicionado, que representam situações de flutuação do emprego da preposição. Ainda que essa flutuação seja condicionada por fatores semânticos (por exemplo, referência a pessoas), estilísticos (ênfase, clareza) ou morfossintáticos (por exemplo, o tipo de pronome objeto), consideramos que se trata de um ambiente que desencadeia uma ambiguidade sintática em relação ao uso da preposição com certos verbos transitivos, o que pode, numa situação de mudança linguística, resultar na extensão do fenômeno da flutuação para uma outra classe de verbos (no caso, a dos transitivos indiretos).

O terceiro tópico abordado neste capítulo foi o conceito de voz passiva – forma verbal indica que alguém é paciente da ação verbal. Vimos que, segundo a tradição gramatical, os verbos que regem objeto direto são os que admitem a formação da voz passiva, constituindo-se uma exceção os casos de verbos que regem objeto indireto e que ocorrem na passiva. Enfatizamos, entretanto, que alguns gramáticos, tais como Bechara (1999) e Kury (2000), ressaltam que o fato de esses verbos, apesar de não serem transitivos diretos, admitirem a formação de voz passiva está associado à diacronia desses verbos, que regiam acusativo. Portanto, se essa possibilidade existe, isso se constitui um problema de análise linguística e, por essa razão, o tomamos como objeto de nossa pesquisa.

No próximo capítulo, passaremos ao exame da construção passiva pelo arcabouço teórico da gramática gerativa.

CAPÍTULO 2

Propostas Teóricas para a Análise das Construções Passivas

Neste capítulo, apresentamos três propostas teóricas, de base formalista, para a análise das construções passivas. Essas propostas, elaboradas na década de 80, sob a concepção do modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky (1981)), são referência para o estudo das passivas. Cada proposta está resenhada em uma das seções deste capítulo: seção 2.1 – Perlmutter & Postal (1984); seção 2.2 – Jaeggli (1986); seção 2.3 – Baker, Johnson & Roberts (1989).

2.1 Perlmutter & Postal (1984)

O trabalho de Perlmutter & Postal (1984) se desenvolve no arcabouço teórico da gramática relacional, cujas primeiras versões reconheciam uma classe de regras denominadas regras de alçamento, em que ocorre a promoção de um sintagma nominal (SN), o qual desempenha uma dada relação gramatical numa oração, para uma relação mais alta na hierarquia relacional (1), na mesma oração:

- (1) Hierarquia das Relações Gramaticais (Perlmutter & Postal (1984: 81))
- | | |
|------------|--|
| Mais alta | 1 |
| | 2 |
| | 3 |
| Mais baixa | Relações não-terminais = (<i>chômeur</i> ¹ , relações oblíquas, etc) |

¹ *Chômeur*, do francês, s.m. desempregado, sem trabalho. Embora os autores não tenham feito uma tradução desse termo, depreendemos que se trata de um sintagma que se torna inativo para o alçamento, como na sentença (i) abaixo, em que o termo em itálico não pode ser alçado à posição de sujeito por causa da inserção do expletivo *il*:

- (i) *Il a été blessé beaucoup d'ouvriers pendant la mêlée.*
It has been injured many of workers during the melee.
'Many workers were injured during the melee.'

A proposta da hierarquia relacional toma como pressuposto o fato de que os papéis semânticos associados à grade argumental (temática) de um predicador são mapeados em uma relação gramatical inicial, o que ficou conhecido na literatura como a Hipótese do Alinhamento Universal (também proposta por Perlmutter & Postal (1984)).² E as regras de alçamento constituem formalizações para explicar por que certos sintagmas, que figuram em determinada relação gramatical inicial, ocorrem em relações gramaticais finais distintas, como nos dados em (2), utilizados pelos autores para exemplificar as regras de alçamento:

(2) a. *Melvin* was tackled by the lunatic.

‘Melvin foi abordado pelo lunático’

b. Harriet gave *Ted* a new bowling ball.

‘Harriet deu a Ted uma nova bola de boliche’

c. *Ted* was given a new bowling ball by Harriet.

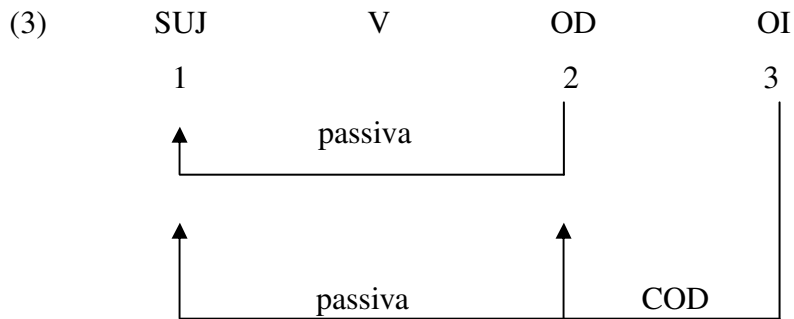
‘A Ted foi dada uma nova bola de boliche por Harriet’³

Em (2a), *Melvin* sofreu alçamento, passando da posição 2 (objeto direto) na hierarquia relacional para a 1 (sujeito), o que resultou numa construção passiva. Em (2b), *Ted* foi alçado da posição 3 (objeto indireto) para a posição 2 (objeto direto), dando origem a uma construção de duplo objeto (COD). E em (2c), *Ted*, que já havia sofrido o alçamento da posição 3 para a 2, foi alçado da posição 2 para a posição 1 (sujeito), formando uma passiva a partir de uma construção de duplo objeto, o que significa que um mesmo SN pode sofrer mais de uma operação de alçamento.

As regras de alçamento observadas nos dados em (2) podem ser visualizadas no esquema que elaboramos a seguir:

² Hipótese do Alinhamento Universal (*Universal Alignment Hypothesis* – UAH): Há princípios da gramática universal que predizem a relação inicial entre cada sintagma nominal de uma dada oração e o significado da oração.

³ A sentença correspondente ao alçamento observado no inglês é agramatical em português: **Ted foi dada uma nova bola de boliche por Harriet*. Esse tipo de agramaticalidade no português brasileiro será discutido no Capítulo 4 desta dissertação.



Os autores desenvolvem a hipótese de que há uma restrição universal envolvendo o sintagma açado, uma vez que a maioria dos trabalhos sobre esse tema descrevem alçamentos para a posição 1 na hierarquia relacional, e propõem o seguinte princípio:

(4) Lei da Exclusividade do Alçamento para a Posição 1 (1-AEX)⁴

O conjunto de alçamentos para a posição 1 em uma oração simples contém no máximo um termo.

Segundo esse princípio, apenas um sintagma pode ser alçado à posição 1 de uma sentença ou, em outras palavras, só pode haver um alçamento para a posição 1. Essa restrição teria como consequência pelo menos três fatos observados empiricamente nas línguas naturais:

- a) Em línguas que permitem alçamento de uma grande variedade de relações gramaticais para a posição 1, apenas uma dessas várias relações pode ser alçada, como mostram os dados abaixo, do Cebuano, língua falada nas Filipinas (Bell (1976; 1983) *apud* Perlmutter & Postal (1984: 88-90)), em que os sintagmas relevantes estão marcados em itálico:⁵

(5) Nagsulat *si Lito* as balita kang Maria. [relação gramatical inicial]
 ACT/write NOM Lito OBL news OBL Maria
 ‘Lito was writing the news to Maria.’

⁴ Estamos adotando daqui em diante a abreviação dada para esse princípio no inglês: 1-Advancement Exclusiveness Law (1-AEX).

⁵ Segundo Bell (1976; 1983 *apud* Perlmutter & Postal (1984: 90)), o Cebuano permite não apenas o alçamento das posições 2 e 3 para a 1, como também o alçamento de sintagma Instrumento, Locativo, Benefactivo, Temporal, etc. E, segundo Perlmutter & Postal, a 1-AEX prediz corretamente que o alçamento para a posição 1 é exclusivo de um desses sintagmas.

(6) Gisulat ni Lito *ang balita* kang Maria. [alçamento de 2 para 1]⁶
OBJ/write GEN Lito NOM news OBL Maria
'The news was written to Maria by Lito.'

(7) Gisulatan ni Lito *si Maria* sa balita. [alçamento de 3 para 1]⁷
REF/write GEN Lito NOM Maria OBL news
'Maria was written the news by Lito'

(8) a. *Gisulat ni Lito ni Maria *ang balita*.⁸
OBJ/write GEN Lito GEN Maria NOM news
b. *Gisulatan ni Lito ni Maria *ang balita*.
REF/write GEN Lito GEN Maria NOM news

b) A interação com o alçamento na passiva é impossível quando um dos argumentos já tiver sido alçado para a posição 1, como no exemplo (9a), em que o alçamento do oblíquo *five dollars* para a posição 1 em (9b) impede a formação da passiva em (5c):

(9) a. Melvin bought a lot of heroin for five dollars.
b. Five dollars bought a lot of heroin in 1827.
c. *A lot of heroin was bought by five dollars (in 1827).

c) Nenhuma língua tem exemplos de apassivação múltipla em uma oração simples (comparem-se os dados (10) com (11), em que dois sintagmas teriam ocupado a posição 1, antes de serem demovidos à posição de oblíquo, introduzida pela preposição *by*):⁹

(10) a. Mark paid attention to Betty.
b. Betty was paid attention to by Mark.
c. Attention was paid to Betty by Mark.

⁶ Observe-se que, na passiva, o alçamento da posição 2 para a 1 implica a demissão do sintagma na posição inicial 1 da hierarquia relacional para uma posição oblíqua mais baixa na hierarquia.

⁷ Possivelmente passando pela posição 2, o que implica que essa língua teria construções de duplo objeto.

⁸ Nas sentenças em (8), temos alçamento da posição 2 para a 1, mas com duas demissões, marcadas por genitivo, o que implica que um dos outros sintagmas teria passado também pela posição 1, violando a 1-AEX.

⁹ (11b) mostra que a múltipla apassivação não pode ser "salva" por uma dupla morfologia passiva (ou seja, o que estaria em jogo é mesmo uma restrição ao movimento exclusivo de um sintagma para a posição 1).

- (11)a. *Betty was paid to by Mark by attention.
b. *Betty was been paid to by Mark by attention.

Perlmutter & Postal (1984) avaliam que as evidências relevantes para a 1-AEX derivam da interação com a Hipótese da Inacusatividade (Burzio, 1981), porque essa hipótese prevê que um sintagma na posição 2 (o argumento interno de um verbo intransitivo seja alçado para a posição 1 (a posição de sujeito gramatical) e, portanto, de acordo com a 1-AEX, nenhum outro alçamento para a posição 1 seria possível. As evidências nesse sentido são observadas nos seguintes contextos:

- a) Pseudopassivas: essas construções só ocorrem com verbos inergativos (12), sendo agramaticais com verbos inacusativos (13), uma vez que a posição 1 já teria sido ocupada pelo alçamento do argumento interno do predicado.

- (12)a. The bed was slept in by the shah.
b. The room was exercised in by Spider Man.
c. The bridge was sied under by the contestants.

- (13)a. *The bed was fallen on by the dust.
b. *The room was burst in by the bubble.
c. *The bridge was existed under the trolls.

- b) Pseudopassivas em orações com inversão:¹⁰ as pseudopassivas são agramaticais em orações com inversão como (14), porque o sintagma “invertido” já teria sido alçado à posição 1, mas são gramaticais em orações sem inversão (15):

- (14)a. That girl mattered to me.
b. *I was mattered to by that girl.

- (15)a. That girl spoke to me.
b. I was spoken to by that girl.

¹⁰ Os autores chamam orações com inversão aquelas construções em que o Experienciador ocorre em posição 3, embora, na grade temática inicial do predicado, ele figure como argumento externo (posição 1). Por exemplo, o dado (14a) equivale a *I mattered the girl*, mas o dado (15a) não tem um correspondente em **I spoke that girl*.

- c) Passivas impessoais: só podem ser formadas a partir de verbos inergativos (16). Os autores analisam as passivas impessoais como contendo um nominal *dummy* em posição inicial 2, o qual é alçado para a posição 1. Esse alçamento bloqueia o alçamento posterior do argumento interno dos verbos inacusativos, violando a 1-AEX e originando a agramaticalidade em (17) – dados do holandês:

(16) Hier wordt (er) veel gewerkt.

‘It is worked here a lot.’

(17)a. In dit weeshuis groeien de kinderen erg snel.

‘In this orphanage the children grow very fast.’

b. *In dit weeshuis wordt (er) door de kinderen erg snel gegroeid.

- d) Passivas impessoais em orações com inversão: como a inversão pressupõe alçamento do argumento interno do predicado (posição 2) para a posição 1 (como em (18)), e a passiva impessoal, da forma como analisada pelos autores, envolve o mesmo alçamento para o nominal *dummy*, a 1-AEX barraria esse tipo de construção (19) – dados do alemão:

(18) Der Fisch schmeckt mir.

‘The fish tastes good to me.’

(19) *Es wird mir fast niemals geschmeckt.

‘Is is almost never tasted good to me.’

Em resumo, Perlmutter & Postal (1984) analisam a construção passiva por meio da regra de alçamento de um sintagma para a posição 1 da hierarquia relacional. Esse alçamento é restringido pela Lei da Exclusividade do Alçamento para a Posição 1 (1-AEX), segundo a qual só pode haver um alçamento para a posição 1 de uma oração simples. Fatos empíricos associados à Hipótese da Inacusatividade, que também envolve alçamento para a posição 1, constituem a evidência para a postulação desse princípio universal.

2.2 Jaeggli (1986)

Para Jaeggli (1986), uma das mais importantes inovações na teoria gerativa se refere à mudança do modelo de regras de construções específicas das línguas particulares para o modelo de princípios gerais da interação entre diferentes módulos da gramática, mudança da qual o autor acredita que o exemplo paradigmático seja a construção passiva. O autor afirma que as propriedades desse tipo de construção resultam da interação entre processos sintáticos e morfológicos que eliminam a necessidade de uma regra para a passiva.¹¹

Jaeggli parte do pressuposto, encontrado em Chomsky (1981: 124), de que a sentença passiva em (20) apresenta as duas propriedades em (21):

(20) The rat was killed by the cat.

(21) a. [NP, S] *does not receive a θ -role.*

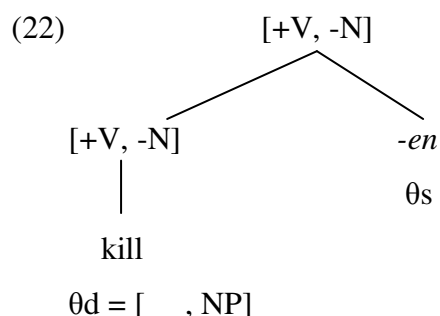
b. [NP, VP] *does not receive Case within VP.*

O autor propõe que a morfologia passiva “absorva” o papel- θ externo do verbo, que passa a não poder atribuir Caso acusativo ao seu complemento, o que resulta no movimento do argumento interno para a posição de sujeito gramatical, onde esse sintagma receberá Caso nominativo. Essa formalização está associada à Generalização do Burzio, segundo a qual há uma correlação entre a atribuição de papel temático ao argumento externo e a atribuição de Caso acusativo ao argumento interno (Burzio, 1981).

A noção de absorção de papel temático é operacionalizada em termos da atribuição do papel- θ externo do verbo ao sufixo passivo, e só pode acontecer se o argumento externo não for mapeado na estrutura sintática do predicado. Essa absorção se dá em contexto de regência: se um elemento X deve absorver um traço de um elemento Y, X tem de estar dentro do domínio de atribuição do traço de Y (Jaeggli, 1986: 592). Portanto, o sufixo passivo deve estar

¹¹ Lobato (1986: 146-149) aponta para o fato de que, nas versões padrão e padrão estendida da teoria gerativa, a regra de apassivação buscava dar conta das seguintes regularidades observadas em relação às construções passivas: (i) a interdependência entre o auxiliar *ser* e o morfema de participípio passado (-DO); (ii) a subcategorização estrita dos verbos apassiváveis, que têm de ser transitivos diretos; (iii) as restrições de seleção entre o verbo e o sujeito; (iv) a interdependência entre o auxiliar *ser* e um verbo transitivo. Sendo assim, a regra de apassivação se relacionaria à regra de deslocamento de afixo e evidenciaria a troca de lugares entre os dois sintagmas nominais argumentos do verbo transitivo: $SN_1 V SN_2 \rightarrow SN_2 se + -DO V por SN_1$.

no domínio de atribuição de papel temático externo do verbo, ou seja, deve ser regido pelo verbo, conforme (22):¹²



A evidência para a proposta de absorção do papel temático é que os sufixos passivos só aparecem com verbos que atribuem papel- θ externo, de modo que, por exemplo, verbos inacusativos não podem ser apassivados. O autor remete ao trabalho de Perlmutter (1978, *apud* Jaeggli (1986)), cujos dados aparecem também em Perlmutter & Postal (1984), resenhado na seção 2.1 desta dissertação.

Um problema que se coloca para a absorção do papel- θ externo está na ocorrência das *by-phrases*. A questão é que a *by-phrase* é interpretada com o papel temático associado ao argumento externo do predicado apassivado: se o argumento externo é Agente, então a *by-phrase* é interpretada como Agente, e assim respectivamente, como nos dados a seguir (Jaeggli (1986: 599)):

- | | |
|--|------------------|
| (23)a. Bill was killed by Mary. | [Agente] |
| b. The package was sent by John. | [Fonte] |
| c. The letter was received by Bill. | [Meta] |
| d. That professor is feared by all students. | [Experienciador] |

Acresce-se a isso o fato de que sentenças ativas podem conter *by-phrases*, embora elas só possam ser interpretadas como Instrumentais ou Locativos, não tendo o mesmo papel temático que o argumento externo do predicador (Jaeggli (1986: 599)):

¹² Na configuração em (22), θ_s remete ao papel temático atribuído ao sujeito e θ_d , ao papel temático atribuído ao objeto direto de um predicado.

- (24) a. John is killing Mary by Bill.
 b. John is travelling through Europe by train.

Para explicar esse problema, Jaeggli propõe que o sufixo passivo subcategoriza (opcionalmente) uma *by-phrase* à qual será atribuído o papel- θ externo absorvido por esse sufixo. Essa atribuição se dá por percolação do papel- θ até o nóculo que domina a *by-phrase*. Em seguida, a preposição *by* atribui ao sintagma nominal que introduz o papel- θ externo (esse SN é, portanto, considerado argumento da preposição *by* e não argumento do verbo).

A ideia de que as *by-phrases* são opcionalmente complementos subcategorizados pelo sufixo passivo tem duas consequências interessantes, segundo o autor:

- a) algumas línguas, como o persa, o árabe clássico e o polonês, parecem não permitir *by-phrases* (a subcategorização seria, portanto, uma questão de variação paramétrica, sendo que a presença de uma *by-phrase* nessas línguas viola a subcategorização e o Critério- θ) – dado de passiva impessoal no polonês (Comrie (1977) *apud* Jaeggli (1986)):

- (25) Zapukano w drzwi (*przez sasiada).
 was-knocked at door by neighbor

- b) outras línguas, como o indonésio e o palauan (língua austronésia), exigem que a passiva contenha um sintagma Agente, com o qual ocorre concordância; mesmo para o inglês, que é uma língua em que a *by-phrase* é completamente opcional, essa exigência aparece em algumas construções (Mihailovic (1966) *apud* Jaeggli (1986)):

- (26) a. On his deathbed he was succeeded by his daughter.
 b. *On his deathbed he was succeeded.

Em suma, Jaeggli (1986) propõe que as construções passivas resultem da absorção do papel temático externo do verbo pelo sufixo passivo, de modo que o verbo fica impedido de atribuir Caso acusativo para o argumento interno, o qual se move para a posição de sujeito

gramatical, a fim de receber Caso nominativo. O autor propõe ainda que o papel θ do argumento externo, absorvido pelo sufixo passivo, possa ser atribuído, por meio de percolação, à *by-phrase*, que é um complemento opcionalmente subcategorizado pela morfologia passiva. Dadas essas propriedades sintáticas e morfológicas, o autor considera ser possível analisar as construções passivas sem o recurso das regras de transformação vigentes antes da proposta da Teoria da Regência e Ligação (Chomsky (1981)).

2.3 Baker, Johnson & Roberts (1989)

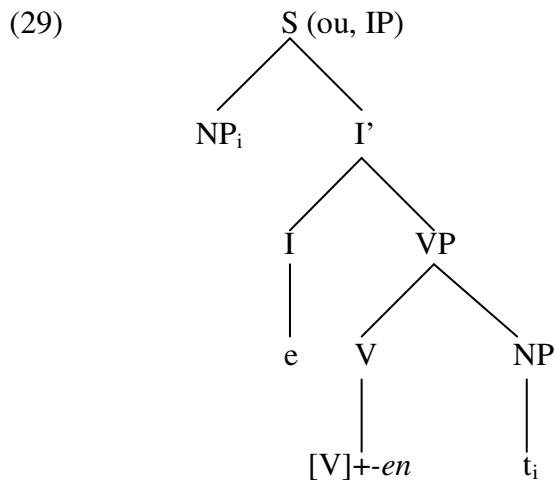
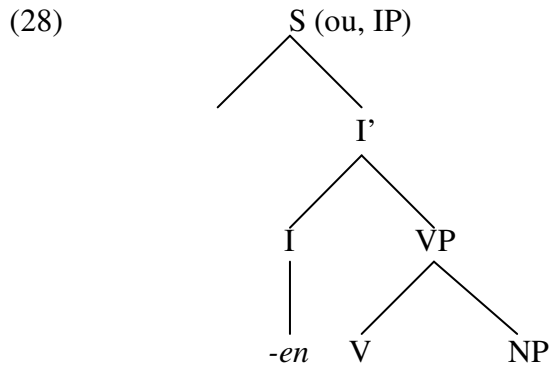
O objetivo do trabalho de Baker, Johnson & Roberts (1989) é desenvolver e motivar uma teoria de construções passivas, cujo ponto central é o tratamento do sufixo passivo como um argumento do verbo, conforme propõem os autores (*op. cit.*: 219):

(27) The passive morpheme (-en) is an argument.¹³

Os linguistas elaboram a sua proposta partindo dos trabalhos de Perlmutter & Postal (1984) e Jaeggli (1986), e mostram que a assertiva em (27) permite, por um lado, esclarecer o que estaria em jogo na intuição de Jaeggli sobre a “absorção” de Caso pelo morfema passivo e, por outro lado, reinterpretar a Lei de Exclusividade de Alçamento para a Posição 1 (1-AEX), proposta por Perlmutter & Postal (1984), em termos das condições de boa-formação sobre argumentos, principalmente o Princípio de Projeção, o Critério- θ e o Filtro de Caso.

A proposta dos autores é que o *-en* é um argumento afixal, que teria as mesmas propriedades sintáticas dos clíticos em geral (portanto, o *-en* seria sintaticamente um clítico, mas fonologicamente um afixo). Eles propõem que *-en* seja gerado em Infl e posteriormente afixado ao verbo, de forma que a estrutura profunda e a estrutura superficial de uma construção passiva seriam representadas como nos esquemas (28) e (29), respectivamente:

¹³ O artigo de Baker, Johnson & Roberts (1989) faz referência ao morfema *-en* do inglês, mas a ideia, dado o pressuposto da Gramática Universal, é que a teoria que desenvolvem se aplique aos morfemas passivos das línguas naturais.



Como *-en* é um argumento, deve ser marcado tematicamente na estrutura profunda. Essa exigência implica dizer que Infl seja uma posição θ -marcada. Segundo os autores, o verbo atribui a esse argumento o papel temático externo, disponível em sua grade temática – o papel do sujeito lógico do verbo. Assim, atende-se ao requisito formulado em termos do Critério- θ , segundo o qual todos os papéis temáticos de um predicado devem ser atribuídos a um argumento.

Complementarmente, como um argumento, e tendo recebido papel temático, *-en* tem de receber Caso na estrutura superficial, assim como o argumento interno do verbo (o NP objeto lógico). Os autores assumem que, na configuração em (29) acima, apenas o verbo pode atribuir Caso estrutural ao *-en*.¹⁴ Uma vez que o verbo atribui Caso ao argumento passivo, torna-se incapaz de atribuir Caso ao NP (o objeto lógico), o que resulta no movimento desse

¹⁴ O “abaixamento” (ou a afixação) de *-en* a V, na configuração em (29), ocorre, segundo os autores, por razões independentes, relacionadas ao fato de que esse morfema tem propriedades de clítico.

argumento para a posição de especificador de IP, uma posição marcada para Caso. Dessa forma, atende-se ao requisito do Filtro de Caso, segundo o qual todo argumento fonologicamente realizado deve receber Caso. Os autores acreditam que esse seja o tratamento a ser dado para a intuição de Jaeggli (1986) quanto à “absorção” de Caso pela morfologia passiva.

Com essa proposta, os autores pretendem dar conta das seguintes propriedades atribuídas às passivas:

- a) O fato de que o sujeito lógico não é realizado em um NP: as evidências em relação a esse fato são as de que o sujeito lógico pode ocorrer de forma marcada nas passivas (por meio de *by-phrases*, no inglês, por exemplo) e que o papel temático do *-en* é atribuído composicionalmente pelo VP, como ocorre com os argumentos externos em geral, como mostram os dados a seguir.

(30)a. A baseball was thrown by Fernando.

b. Support was thrown behind the candidate by the CIA.

c. The match was thrown by the prizefighter.

d. The party was thrown by the department.

- b) O fenômeno dos “argumentos implícitos”: advérbios orientados para o sujeito (31) e orações infinitivas de controle (32) são gramaticais nas passivas, o que mostra que deve haver um argumento sintaticamente ativo, funcionando como sujeito (sendo esse argumento o morfema *-en*, elimina-se a necessidade de postular um “argumento implícito”).

(31) This bureaucrat was bribed deliberately.

(32) This bureaucrat was bribed [PRO to avoid the draft].

- c) O fato de a posição de sujeito ser não-temática, permitindo movimento de NPs para essa posição: esse fato decorre de que o VP só é capaz de atribuir um papel temático externo (o qual é atribuído ao *-en*), de forma que a posição de especificador de IP pode ser

preenchida via movimento de NP e, quando isso não ocorre, via inserção de um expletivo. O papel temático externo associado ao *-en*, por sua vez, pode ser “transmitido”, via cadeia, a uma *by-phrase*, o que estaria contemplado na ideia de que o morfema passivo tem propriedades de clítico, entre as quais a de formar cadeia com um NP pleno.

- d) O fato de que apenas um argumento pode adquirir o estatuto de sujeito na derivação de uma dada oração (o corolário do princípio 1-AEX): o princípio 1-AEX pode ser reformulado em termos do Critério- θ , se *-en* for tratado como um argumento – uma vez que o papel- θ externo é atribuído ao *-en*, não pode mais ser atribuído a um outro argumento que venha a ocupar a posição de sujeito na passiva (33). No caso das passivas formadas a partir de verbos inacusativos, a agramaticalidade deriva do fato de que a grade temática desse tipo de verbo só contém um papel- θ , que deve ser atribuído ao argumento interno, ficando o *-en* sem papel temático (o que viola o Critério- θ).

(33)*John was seemed to have left.

Concluindo, a proposta apresentada pelos autores é a de que o sufixo passivo *-en* é um argumento do predicado, motivo pelo qual tem de receber Caso e papel temático. Trata-se de um argumento afixal, com propriedades sintáticas de clítico, que é gerado em Infl, de forma que as restrições à formação da passiva se devem às condições de boa formação sobre argumentos (o Princípio de Projeção, o Critério- θ e o Filtro de Caso).

2.4 Conclusões parciais

As propostas teóricas apresentadas neste Capítulo apontam para as seguintes propriedades gerais das construções passivas:

- a) O sintagma nominal mais baixo na hierarquia argumental (quer se trate de hierarquia relacional, como em Perlmutter & Postal (1984), quer se trate de hierarquia temática, como em Jaeggli (1986) e Baker, Johnson & Roberts (1989)) é alçado/movido para uma posição mais alta na estrutura sintática (a posição de sujeito gramatical);

- b) Verbos que não selecionam um papel temático externo (como os inacusativos) não formam passiva;
- c) O sujeito lógico dos predicados está ausente nas construções passivas (ou é realizado de forma marcada, usualmente por um sintagma oblíquo), de modo que, dado o Critério- θ , segundo o qual cada papel temático tem de ser atribuído a um argumento, a teoria gramatical deve explicar o que acontece com o papel- θ externo do verbo na construção passiva.

Para dar conta dessas propriedades, os autores abordados propuseram as seguintes análises:

- a) Perlmutter & Postal (1984): A passiva corresponde a uma regra de alçamento de um sintagma nominal em uma posição mais baixa para a posição 1 da hierarquia relacional. Esse alçamento é restringido pelo princípio 1-AEX, segundo o qual só pode ocorrer um alçamento para a posição 1 em cada oração simples.
- b) Jaeggli (1986): As construções passivas resultam da absorção do papel temático externo pelo sufixo passivo *-en* e da impossibilidade de atribuição de Caso objetivo ao argumento interno, razão pela qual o argumento interno é movido para a posição de sujeito.
- c) Baker, Johnson & Roberts (1989): O morfema passivo *-en* é um argumento, recebendo o papel- θ externo, previsto na grade temática do verbo, o que representa uma proposta de tratamento da ideia de absorção de papel temático (Jaeggli (1986)) e das consequências da 1-AEX (Perlmutter & Postal (1984)) em termos das condições de boa-formação sobre argumentos (Princípio de Projeção, Critério- θ e Filtro de Caso).

No próximo Capítulo, faremos uma análise da sintaxe dos complementos de alguns verbos tidos como transitivos indiretos no PB contemporâneo, a partir de dados sincrônicos e diacrônicos dos verbos em estudo, de modo a buscar evidências empíricas para a formação de passiva com verbos transitivos indiretos.

CAPÍTULO 3

Aspectos Sincrônicos e Diacrônicos Relativos à Expressão Sintática dos Verbos Transitivos Indiretos

Neste capítulo, buscamos discutir aspectos sincrônicos e diacrônicos relativos à expressão sintática dos verbos transitivos indiretos que admitem a construção passiva, considerando principalmente fatos observados no latim e no português contemporâneo.

Esses fatos constituem, respectivamente, o tema de cada uma das seções que compõem o capítulo, a saber: a mudança de regência a que se submeteram alguns verbos na passagem do latim para o português (seção 3.1), a ocorrência de duplo acusativo com alguns dos verbos de nosso interesse (seção 3.2) e a variação na marcação de Caso acusativo/dativo dos complementos de certos verbos no português brasileiro contemporâneo (seção 3.3).

Para abordar os fatos diacrônicos apresentados nas seções 3.1 e 3.2, utilizaremos gramáticas latinas (tais como Ravizza (1953), Almeida (1997)), dicionários latinos (tais como Ferreira (1997) e Saraiva (2006) e dicionários de regência verbal (especialmente Fernandes (1989) e Luft (1997)), bem como trabalhos descritivos sobre a formação histórica da língua portuguesa, como Almeida (1962), Said Ali (2001) e Mattos e Silva (2006). Com relação ao aspecto sincrônico (seção 3.3), apoiar-nos-emos nos trabalhos de Salles (1992, 1997), Bispo (2004) e Lucas (2008).

3.1 A regência de certos verbos transitivos indiretos

No Capítulo 1, citamos Kury (2000), entre outros, que atribuía o fato de alguns verbos transitivos indiretos formarem passiva no português à regência de acusativo na origem desses verbos em latim. Esses verbos teriam passado a reger dativo na formação da língua portuguesa. Nesta seção, pretendemos investigar a diacronia dos verbos que são o objeto do nosso trabalho, de modo a confirmar ou a refutar essa hipótese.

Para efeitos da análise a que nos propomos neste capítulo, tomaremos como representativos da classe de verbos transitivos indiretos que admitem a passiva em português os seguintes itens lexicais: *assistir* (na acepção de *ver, presenciar*); *ajudar*; *atender*; *obedecer*; *pagar* (indireto para pessoa); e *responder* (indireto para pessoa). A razão para a delimitação do recorte do *corpus* da pesquisa se deve ao fato de eles terem apresentado maior recorrência na bibliografia pesquisada, tendo sido excluídos, para efeitos desta dissertação, outros verbos transitivos indiretos que também formam passiva no português, tais como *perdoar*, *aludir* e *apelar*. A questão a ser investigada neste capítulo é se esses verbos regiam complementos dativos ou complementos acusativos na sua origem latina.

Sabe-se que, no latim, as funções gramaticais eram marcadas por desinências casuais (flexões de Caso), conforme vemos no Quadro 1, construído com base em Garcia (1995, 1997). O Quadro 2, extraído de Garcia (1995: 27), ilustra o paradigma das marcações de Caso para a palavra *rana* ('rã') em seis funções sintáticas diferentes:

Quadro 1 – Correspondência entre os Casos latinos e as funções sintáticas em português

Caso	Função sintática
Nominativo	Sujeito e complemento predicativo
Genitivo	Adjunto Adnominal restritivo
Dativo	Objeto indireto ¹
Acusativo	Objeto direto
Vocativo	Vocativo
Ablativo	Adjunto Adverbial

Quadro 2 – Exemplo de marcação de Caso em latim

Português	Latim	Caso	Função
a rã	ran-a	nominativo	sujeito
da rã	ran-ae	genitivo	adjunto adnominal restritivo
para a rã	ran-ae	dativo	objeto indireto
a rã	ran-am	acusativo	objeto direto
ó rã	ran-a	vocativo	vocativo
pela rã	ran-a	ablativo	adjunto adverbial

¹ A autora esclarece que o Caso Dativo, que, no latim, indica o complemento de interesse, corresponde, no português, ao objeto indireto. Optamos pelo termo 'objeto indireto' em vez de 'complemento de interesse', conforme proposto originalmente pela autora, para estabelecermos a relação com o nosso objeto de pesquisa.

3.1.2 Verbo *ajudar*

Do latim *adjutare*, esse verbo é classificado como transitivo, conforme Saraiva (2006: 27). É “*frequentativo de adjuvo*”, regendo o Caso acusativo, na acepção de *ajudar*, *aliviar*, *assistir*, *socorrer por muitas vezes*.

- (4) *Adjutare* *onus* *aliqui* (Terentius)
Ajudar-INF *ônus-ACC* *alguém-DAT*
‘Tirar o peso a alguém’ (tradução literal)
‘Aliviar o peso a alguém’ (tradução livre)
- (5) *Adjut-are* *puell-am*²
Ajudar-INF *menina-ACC*
‘Ajudar a menina’

Esse verbo também rege Caso dativo, conforme o exemplo de Saraiva (*op.cit*: 27):

- (6) *Adjut-a* *mihi* (Pacuvius)
Ajudar-IMP.PRES.2S *DAT.1S*
‘Ajuda a mim’ / ‘Ajuda-me’

Também em português, esse verbo apresenta flutuação de regência, conforme o exemplo (7), de Ferreira (1986: 72), em oposição ao exemplo (8), de Rocha Lima (1972: 420):

- (7) Há proveito em irem as pessoas da minha história colaborando nela, ajudando o autor. (Machado de Assis)
- (8) (...) vê-se em pressa.
Veloso sem que alguém lhe ali ajudasse. (Camões)

A seguir, temos um exemplo de passiva com o verbo *ajudar*, no português contemporâneo:

² Os dados latinos que aparecem neste trabalho sem a citação do respectivo autor são criações livres, de nossa autoria.

(9) O paciente foi ajudado pela enfermeira.

3.1.3 Verbo *atender*

O verbo latino *attendere*, segundo Saraiva (2006: 121), pode ocorrer no latim com dativo ou com acusativo:

a) no sentido de *dar ouvidos a*, ocorre em dativo:

(10) Attend-ere	sermon-ibus	malign-is	(Plinius)
Atender-INF	conversas-DAT	maliciosas-DAT	
‘Dar atenção a conversas maliciosas			(tradução literal)
‘Dar ouvidos a maledicências’			(tradução livre)
(11) Attend-ere	leg-ibus		
atender-INF	leis-DAT		
‘Atentar às/para as leis’			(tradução literal)
‘Atender às leis’			(tradução livre)

b) no sentido de *escutar, prestar atenção, estar atento*, ocorre com acusativo:

(12) Attend-ere	aur-em	(Attius)
Atender-INF	ouvido-ACC	
‘Atender o ouvido’		(tradução literal) ³
(13) Attend-ere	leg-es	
Atender-INF	leis-ACC	
‘Atender as leis’		

³ No sentido de *escutar*. Também se poderia traduzir como ‘aplicar o ouvido’.

Conforme Almeida (1962: 395), o verbo *atender* constrói-se no português, indiferentemente, com acusativo ou com dativo:

(14) Não o atenderam os criados.

(15) ... até vos merecerem, um dia, a bênção de lhes atenderdes.

Também encontramos exemplos desse tipo em Rocha Lima (1972: 424), além do exemplo (18), de passiva formada a partir do verbo *atender*:

(16) Ainda uma vez, nobre dama, atendei às súplicas do velho bucelário que tenta salvar-vos. (Alexandre Herculano)

(17) O Senhor não atendeu a oração do pecador. (Camilo Castelo Branco)

(18) As súplicas de Fernando e Isabel foram atendidas em Roma. (Alexandre Herculano)

3.1.4 Verbo *obedecer*

Com relação ao verbo *obedecer*, Saraiva (2006) o apresenta com as seguintes regências:

a) quando proveniente do verbo latino *parere*, ocorre com argumento dativo (*op.cit.*: 845):

(19) Paru-it vat-i (Curtius)
 Obedecer-PAS.PERF.3S adivinho-DAT
 ‘Obedeceu ao adivinho’

b) quando proveniente do verbo latino *obedire*, ocorre com argumento dativo (*op.cit.*: 797):

(20) Obed-ire alicu-ius tempor-i (Cicero)
 Obedecer-INF alguém-GEN.SG tempo-DAT

‘Obedecer ao tempo de alguém’	(tradução literal)
‘Estar às ordens de alguém’	(tradução livre)

c) quando proveniente do verbo latino *obtemperare*, ocorre com dativo (*op.cit:* 805):

(21)Obtemper-are	sibi	(Cicero)
Obedecer-INF	DAT.3S	
‘Obedecer a si’		(tradução literal)
‘Seguir a sua (própria) inclinação’		(tradução livre)
(22)Obtemper-are	leg-ibus	(Nepos)
Obedecer-INF	leis-DAT	
‘Obedecer às leis’		

Ferreira (1997: 791) acrescenta que, mais raramente, o verbo *obtemperare* pode ocorrer com a preposição *ad* seguida de sintagma nominal acusativo, conforme se vê no exemplo (23), de Saraiva (2006: 805):

(23)Obtemper-are	ad aliquid	(Cicero)
Obedecer-INF	a algo-ACC	
‘Obedecer a uma ordem’		(tradução livre)
(24)Obtemper-are	ad se	
Obedecer-INF	a ACC.3S	
‘Obedecer a si’		

Ali (2001: 128) afirma que o verbo *obedecer*, seguido de seu termo integrante, era tratado, nos séculos XVI e XVII, não somente como transitivo indireto (dado (25)), mas ainda como transitivo direto (dados (26)-(28)):

(25)Excusaes de vos cançar com quem teve a ventura de ver a Mafoma e de obedecer-lhe.	(Bernardes)
---	-------------

(26) Não só offendiam a Antonio, mas o obedeciam e reverenciavam.

(Vieira)

(27) Lançou bando que todos os súbditos do seu império... lhe viessem oferecer sacrifício público, sob pena da vida e da sua indignação aos que assim o não obedecessem.”

(Vieira)

(28) Todos a obedecê-la concorriam.

(Castro)

Em português contemporâneo, temos o exemplo de Cunha & Cintra (2001: 532), com função sintática de OD (dado (29)), e o de Rocha Lima (1972: 249), com a função sintática de OI (dado (30)).

(29) Meu tio Campelo ordenou-me e eu o obedeco.

(José de Alencar)

(30) Obedecer aos superiores.

Assim como os demais verbos até aqui apresentados, o verbo *obedecer* admite a construção passiva, conforme vemos em Bechara (1999: 417):

(31) A lei era obedecida pelos cidadãos.

Ainda a esse respeito desse verbo, Saraiva (2006: 797) apresenta a sua etimologia da seguinte forma: *ob* (preposição) + *audio* ('ouvir'; verbo transitivo que rege acusativo). Essa origem latina se confirma em línguas como o inglês, com o verbo *to obey*: o fone /a/ do verbo *audio* dissimila em *e*; *d* sofre síncope; o *i* semivogal vira *y* e a vogal *o* final sofre apócope. Quanto à transitividade verbal, *obey* tem a classificação de verbo transitivo direto (regendo acusativo) e pode ser apassivado. Os dados a seguir ilustram esses fatos:

(32) *ob + audio > obedio > obedecer*

[português]

(33) *ob + audio > obedio > obey*

[inglês]

a. I obey my parents.

‘Eu obedeco meus pais’

b. My parents are obeyed by me.

‘Meus pais são obedecidos por mim’

3.1.5 Verbo *pagar*

Proveniente do verbo latino *placare*, ocorre com argumento acusativo (Saraiva (2006: 904)), semanticamente relacionado à pessoa a quem se paga – o beneficiário:

(34)	Plac-are	aliqu-em	benefici-is	(Livius)
	Pagar-INF	alguém-ACC	favores-ABL	
	'Pagar alguém com favores'			(tradução literal)
	'Dobrar alguém com favores'			(tradução livre)
(35)	Caesar-Ø	milit-es	paca-vi-t	
	César-NOM	soldados-ACC	pagar-PAS.PERF.3S	
	'César pagou os soldados'			

Em português, o verbo *pagar* rege tanto OD (dados (36)-(37), de Luft (1997: 388)) quanto OI (dado (38), de Bechara (1999: 417)) e pode ser apassivado em relação ao argumento com papel θ de beneficiário (dado (39), de Bechara (*op. cit.*)):

- (36) Não pagaram a costureira.
- (37) Paga o motorista.
- (38) O proprietário pagou aos operários
- (39) Os operários foram pagos pelo proprietário

3.1.6 Verbo *responder*

Saraiva (2006: 1032) afirma que esse verbo é proveniente do latim *respondere* e ocorre tanto com o Caso dativo quanto com a preposição *ad* seguida de argumento acusativo. São exemplos desse autor (*op.cit.*):

- (40) Tibi non rescrib-ere, sed respond-ere. (Seneca)
 DAT.2S não reescrever-INF, mas responder-INF
 ‘Não te responder por escrito, mas de viva voz’ (tradução livre)⁴
- (41) Responde-Ø-tur legat-is. (Sallustius)
 Responder-IND.PRES.3PS-PART.PAS deputados-DAT
 ‘É respondido aos deputados’
- (42) Respond-ere ad interrogat-a. (Cicero)
 Responder-INF a perguntas-ACC
 ‘Responder às perguntas’

Almeida (1962: 398) nos ensina que o verbo *responder* é transitivo direto com relação ao que se profere como resposta, segundo os exemplos do autor:

- (43) Ele respondeu sim.
 (44) Ele não respondeu nada.

Segundo esse gramático (*op. cit.*), quando se pretende declarar a coisa ou a pessoa a que se dá a resposta, esta deve ser preposicionada, quer a resposta venha ou não expressa na oração:

- (45) Respondo-lhe.
 (46) Devemos responder às cartas.

3.1.7 Síntese

Apresentamos nesta seção a regência dos verbos *assistir*, *ajudar*, *atender*, *obedecer*, *pagar*, e *responder* em latim e em português padrão, buscando confirmar a hipótese de que a

⁴ O verbo *rescribo* é composto de *scribo*, que significa ‘escrever’, e do prefixo re-, ‘movimento para trás’; *rescribo* significa ‘escrever de volta’. O verbo *respondere*, por sua vez, ocorre no sentido de ‘responder pessoalmente’, em oposição a ‘responder por escrito’. Essa tradução é contextual.

variação de regência observada para esses verbos no português tem sua origem, em grande parte, nas construções sintáticas latinas com essas formas verbais.

Observamos uma divisão tripartite na marcação de Caso do complemento associado aos verbos latinos sob análise:

- a) verbos que só se constroem com dativo (*adesse* ‘assistir’; *parere* ‘obedecer’; *obedire* ‘obedecer’) ou com acusativo (*placare* ‘pagar’);
- b) verbos em que ocorre flutuação entre dativo e acusativo (*adjutare* ‘ajudar’; *attendere* ‘atender’);
- c) verbos em que ocorre a flutuação entre marcação de Caso dativo e uma construção com a preposição *ad* seguida de sintagma acusativo (*obtemperare* ‘obedecer’; *respondere* ‘responder’).

Os resultados obtidos nesta seção estão sistematizados no Quadro 3, a seguir. Há de se ressaltar que, no português, todos esses verbos regem preposição *a*, em seu emprego como transitivos indiretos, havendo flutuação quanto à presença ou não dessa preposição no sintagma complemento.

Quadro 3 – Síntese da regência dos verbos sob investigação

Latim	Português
<i>Adesse</i> – dativo	<i>Assistir</i> – variação entre OI (preposição <i>a</i>) e OD
<i>Adjutare</i> – dativo ou acusativo	<i>Ajudar</i> – variação entre OI (preposição <i>a</i>) e OD
<i>Attendere</i> – dativo ou acusativo	<i>Atender</i> – variação entre OI (preposição <i>a</i>) e OD
<i>Parere</i> – dativo <i>Obedire</i> – dativo <i>Obtemperare</i> – dativo ou <i>ad</i> + acusativo	<i>Obedecer</i> – variação entre OI (preposição <i>a</i>) e OD
<i>Placare</i> – acusativo para o argumento beneficiário	<i>Pagar</i> – variação entre OI (preposição <i>a</i>) e OD para o argumento beneficiário
<i>Respondere</i> – dativo ou <i>ad</i> + acusativo	<i>Responder</i> – variação entre OI (preposição <i>a</i>) e OD

Uma vez que não há regularidade na marcação de Caso desses verbos no latim, a hipótese anteriormente formulada por autores como Kury (2000) não pode ser confirmada *ipsis litteris*. Antes, acreditamos que a variação em termos da presença ou da ausência das preposições na língua portuguesa esteja associada à variação na marcação casual dos

complementos no latim, tendo se estendido a outros verbos no português (como é o caso de *assistir*), o que vem a caracterizar a mudança paramétrica atestada para os verbos sob análise. Essa questão será retomada no Capítulo 4.

Cabe observar que os resultados encontrados no quadro anterior parecem demonstrar a relevância da distinção entre objeto indireto e complemento relativo para a análise dos verbos selecionados, uma vez que apenas o verbo *assistir*, ao contrário dos demais, seleciona complemento relativo e não apresenta marcação acusativa (ou com preposição seguida de acusativo). De acordo com Heloisa Salles (c.p.), o comportamento do verbo *assistir* em relação à marcação de Caso pode estar relacionado à ausência de uma semântica de transferência, ou de um traço de animacidade do complemento, ou, ainda, da noção de Meta. Ainda assim, é preciso constatar que, apesar da diferença entre *assistir* e os demais verbos quanto à marcação casual em latim, no que se refere ao português, todos os verbos se comportam indistintamente com relação à flutuação da preposição e à possibilidade de serem apassivados, o que mostra que a distinção entre objetos indiretos e complementos relativos parece estar se perdendo para esse tipo de verbo.

3.2 O duplo acusativo latino

Nesta seção, pretendemos examinar a construção com duplo acusativo, encontrada no latim. Os verbos latinos que aceitam o fenômeno da dupla acusatividade, conforme Ravizza (1953: 220-223) são: *doceo* ('ensino, instruo') e seus derivados *perdoceo*, *edoceo* ('ensino bem, com diligência'), *dedoceo* ('desensino'); *rogo* ('peço'), *oro* ('oro, peço'); *celo* ('escondo, oculto'); *interrogo* ('interrogo'); *percontor* ('pergunto');⁵ *puto* ('considero'); *habeo* ('tenho'); *duco* ('conduzo'); *dico* ('digo'); *appello* ('chamo'); *voco* ('chamo'); *nomino* ('nomeio'); e os verbos *facio* ('faço, torno'), *efficio* ('torno, realizo'), *reddo* ('devolvo'). Porém, por questões de recorte da pesquisa, ater-nos-emos apenas aos verbos *chamar*, *ensinar* e *ajudar*, que constituem o nosso *corpus* de construções passivas formadas com verbos transitivos indiretos no português, e são os mais explicitados pelos gramáticos que constituíram as nossas fontes de pesquisa.

⁵ O verbo *percontor* se registra com [r] final por ser um verbo depoente.

Há duas construções diferentes do duplo acusativo em latim: a primeira dá origem, no português, a construções com um objeto direto e um predicativo, que se apresenta com um novo estado ou como uma consequência do julgamento de alguém; a segunda, a um objeto direto e um indireto (oracional ou não).⁶

Na primeira construção, chama-se ao verbo de transobjetivo (terminologia não adotada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, mas existente nos estudos diacrônicos e nas gramáticas mais antigas). No latim, temos como exemplo de construções do fenômeno sintático em questão os verbos *appellare* (*chamar*, no sentido de *apelidar*, *qualificar*, *dar nome*), conforme se observa no exemplo (47), de Saraiva (2006: 90), e *efficere* (*fazer*, no sentido de *tornar*), conforme o dado (48), de Ravizza (1953: 223):

(47)	Appell-are	aliqu-em	reg-em	(Cicero)
	Aclamar-INF	alguém-ACC	rei-ACC	
	'Aclamar alguém rei'			(tradução literal)
	'Chamar rei a alguém' / 'Chamar alguém (de) rei'			(tradução livre)
(48)	Hic	nuntius-Ø	effec-it	me beat-um
	DEM.NOM	notícia-NOM	tornar-PRET.PERF.3S	ACC. 1S feliz-ACC
	'Essa notícia me fez feliz'			

No português atual, os exemplos desses verbos ocorrem nas estruturas a seguir, conforme os dados retirados de Cunha & Cintra (2001: 522):

a) com OBJETO DIRETO + PREDICATIVO:

(49) O povo chamava-o maluco (José Lins do Rego)

b) com OBJETO DIRETO + PREDICATIVO, precedido da preposição *de*:

(50) Chamaram-no de mentiroso, de ingrato e de vítima. (Drummond de Andrade)

⁶ Neste trabalho, apresentaremos brevemente o primeiro tipo de construção com duplo acusativo em latim, mas não nos ateremos a ele, uma vez que não se trata de um tipo de construção que poderá ser apassivada.

c) com OBJETO INDIRETO + PREDICATIVO

(51) Chama-lhe amizade, se preferires. (F. Namora)

d) com OBJETO INDIRETO + PREDICATIVO, precedido da preposição *de*:

(52) Chamava-lhe sempre de miúdo. (Luandino Vieira)

O fato de esse verbo apresentar as quatro possíveis construções acima nos chama a atenção em razão da flutuação do uso da preposição no sintagma complemento, independentemente de a construção ocorrer com predicativo preposicionado ou não.

O segundo tipo de construção de duplo acusativo em latim é ilustrado pelos verbos *docere* ('ensinar') e *adjutare* ('ajudar'). Com relação ao verbo latino *docere*, temos o exemplo (53), retirado de Saraiva (2006: 390):

(53) Doc-ere	aliqu-em	litter-as.	(Cicero)
Ensinar-INF	alguém-ACC	letras-ACC	
'Ensinar alguém letras'			(tradução literal)
'Ensinar alguém a ler'			(tradução livre)

Fazendo a substituição do sintagma nominal *aliquem* pelo pronome pessoal de terceira pessoa do singular, temos:

(54) Doce-o	eum	litter-as.	
Ensinar-IND.PRES.1S	ACC.3S	letras-ACC	
'Ensino-o letras'			(tradução literal)
'Ensino-o a ler'			(tradução livre)

No exemplo abaixo, encontrado em Ravizza (1953: 220), temos a construção com complemento infinitivo:

(55) Te doceo scribere.
ACC.2S ensinar-IND.PRES.1S escrever-INF
'Ensino-te a escrever' (tradução livre)

E em Saraiva (2006: 390), encontramos o exemplo (56):

(56) Doce-re bov-es ambulare composit-e (Colum)
Ensinar-INF bois-ACC andar-INF passo igual-ABL
'Ensinar os bois a andar a passo igual' (tradução livre)

Como mencionamos no início desta seção, a construção com duplo acusativo do latim (especificamente a que aparece no dado (53)) ocorre, em português, com objeto direto relativo a coisa e objeto indireto relativo a pessoa – *ensinar as letras a alguém*. A esse respeito, Cunha & Cintra (2001: 523-524), observam que o verbo *ensinar* se constrói das seguintes maneiras:

a) com OBJETO DIRETO de “coisa” e INDIRETO de “pessoa”:

(57) E eu lhe ensinei a pura alegria. (Luandino Vieira)

(58) Se lhe ensinasse um ofício, podia fazer um pedaço. (José Lins do Rego)

b) quando a “coisa” ensinada vem expressa por um infinitivo precedido da preposição *a*, ocorrem dois tipos de construção: *ensinar-lhe a* + infinitivo (dado (59)) ou *ensiná-lo a* + infinitivo (dado (60)):

(59) Em vão ensinara-lhe a proteger os animais das pragas e dos vendavais.
(N. Pinon, CC, 52.)

(60) Tinha de o convencer, de o ensinar a ver claro. (U. Tavares Rodrigues)

Ali (2001: 131), ao tratar do emprego do verbo *ensinar*, afirma que, quando é nomeado o que ou quem recebe o ato de ensinar, o verbo recebe um complemento acusativo (dado (61)). Por outro lado, quando se omite o beneficiário da ação de ensinar, o complemento se converte

em dativo, desde que se mencione o nome da coisa ensinada por meio de um substantivo, pronome ou expressão substantiva (dados (62)-(64)):

- (61) Ensinar o Padre Nosso ao vigário.
- (62) Ensinei-lhe o alfabeto, a música.
- (63) Ensinei-lhe isso.
- (64) Christo principalmente nos ensinou... o fazer a sua vontade. (Vieira)

Esse mesmo autor explica que, nas construções realizadas com infinitivo regido pela preposição *a*, a indicação do beneficiário ocorrerá, indiferentemente, no dativo ou no acusativo, como podemos ver em seus exemplos (*op. cit.*):

- (65) A boa sabedoria lhe ensina a passar avante (Heitor Pinto)
- (66) E que pudessem [os meninos] estar no palácio do rei, para que elle os ensinasse a escrever e a fallar a língua dos caldeus. (Figueiredo)

É preciso esclarecer que, embora as construções do verbo *ensinar* com duplo objeto indireto sejam gramaticais em português, não existe em latim a construção com duplo dativo.

Passemos à análise do verbo *adjutare* ('ajudar'), que também admite a construção de duplo acusativo em latim, conforme vemos no exemplo de Saraiva (2006: 27):

- (67) Id adjut-a me
ACC.NEUTRO ajudar-IMP.PRES.2S ACC.1S
'Ajuda-me nisso' / 'Vale-me nisso' (tradução livre)

Em português, o verbo *ajudar* não tem uma configuração com dois argumentos internos nominais, mas apresenta flutuação de regência quando monoargumental, como mostram os dados (68)-(69), de Rocha Lima (1972: 420), e também quando seguido de complemento infinitivo, conforme os dados (70)-(71) do mesmo autor:

- (68) O confeito veio ajudá-lo... (Machado de Assis)

- (69) Veloso sem que alguém lhe ali ajudasse. (Camões)
(70) Ajudou o padre a guardar o pão sagrado. (Machado de Assis)
(71) Tendes vossos pais; ajudai-lhes a levar a sua cruz. (Castilho)

Encontramos em Kury (2000: 49) o tratamento de duplo objeto indireto, para os casos em que os verbos *ensinar* e *ajudar* ocorrem com um sintagma preposicional seguido de infinitivo regido pela preposição *a*.

Os fatos e dados apresentados nesta seção apontam para a hipótese central do nosso trabalho, mostrando que, na passagem do latim para o português, houve uma reinterpretação das marcações casuais, o que resultou em um estatuto diferenciado para a distinção entre acusativo e dativo nessas línguas. Retornaremos a essa questão no Capítulo 4 desta dissertação.

3.3 Marcação de Caso, complementação verbal e pronomes-objeto

Nesta seção, examinaremos, do ponto de vista sincrônico, a flutuação no emprego da preposição introdutora do complemento indireto no português, e uma das consequências desse fenômeno, que é a variação no emprego dos pronomes-objeto acusativo e dativo, em terceira pessoa (*o/lhe*). Para alcançar o nosso objetivo, apresentaremos os resultados das pesquisas de Salles (1992, 1997), Bispo (2004) e Lucas (2008), no que concerne especificamente a esses fenômenos.

3.3.1 Salles (1992, 1997)

À luz dos pressupostos da Gramática Gerativa, no que concerne à Teoria de Princípios e Parâmetros, Salles (*op. cit.*: 1) chama atenção para o comportamento sintático das chamadas preposições essenciais (pela Nomenclatura Gramatical Brasileira) nos seguintes contextos:⁷

⁷ De acordo com Cunha & Cintra (2001), classificam-se como essenciais as preposições *a*, *ante*, *após*, *até*, *com*, *contra*, *de*, *desde*, *em*, *entre*, *para*, *perante*, *por* (*per*), *sem*, *sob*, *sobre* e *trás*.

- (i) em construções preposicionadas selecionadas por núcleos verbais;
- (ii) em construções preposicionadas não selecionadas por núcleos lexicais.

Além da presença/ausência da preposição, o estudo leva em conta observações empíricas a respeito da categoria sintagmática do constituinte introduzido pela preposição, e da substituição de uma preposição por outra ou do contraste entre o uso e a elipse da preposição, que pode implicar ou não alterações no significado do constituinte em que ocorre o fenômeno.

Com relação à categoria sintagmática do constituinte introduzido pela preposição, a linguista diz que, de acordo com a GT, as construções preposicionadas em (72) podem ser divididas em dois grupos: nos exemplos (72a-e), ocorrem os chamados objetos indiretos, que são definidos como um termo integrante da oração, ligado ao núcleo por uma preposição necessária; nos exemplos (72f-h), são identificados os denominados adjuntos adverbiais, considerados termos acessórios da oração, pois modificam o verbo ou a oração como um todo.

- (72)a. Entregou o livro ao professor.
- b. O emprego convém ao rapaz.
- c. Confia nos amigos.
- d. Afastou-se do cargo.
- e. Obrigou-o a fugir.
- f. Vai ao cinema.
- g. Passeou com os pais.
- h. Trabalhou sem uniforme.

Com relação ao emprego das preposições, Salles (1992) observa que algumas preposições são obrigatórias em alguns casos e facultativas em outros, aliando-se a isso o fato de que a substituição de uma preposição por outra ou o uso de uma preposição em contraste com a supressão da mesma preposição pode ou não alterar o significado do constituinte em que ocorre. Assim, a autora (*op.cit*) classifica os dados sob análise em construções nas quais:

- (i) a mudança da preposição altera o significado do constituinte:

- (73)a. Intercedeu no processo.
b. Intercedeu pelo processo.

(ii) a mudança da preposição não altera o significado do constituinte:

- (74)a. Escapou ao perigo.
b. Escapou do perigo.

(iii) a presença de uma preposição em contraste com a supressão da mesma preposição altera o significado do constituinte:

- (75)a. Aspirou o aroma.
b. Aspirou a uma vida digna.⁸

(iv) o uso da preposição em contraste com a supressão da mesma preposição pode não alterar o significado do constituinte:

- (76)a. Ama os filhos.
b. Ama aos filhos.
(77)a. Viajou três dias.
b. Viajou por três dias.

(v) a preposição é opcional diante de orações e obrigatória diante de SN/SD:⁹

- (78)a. Gosta de chocolate.
b. Gosta de comer chocolate.
c. Gosta (de) que lhe ofereçam chocolate.

⁸ Quanto ao verbo *aspirar*, há dois sentidos diferentes: o de *absorver, sorver*, em que o verbo rege o complemento direto *o aroma* (75a); e o sentido de *desejar, pretender* (75b), em que se observa a flutuação da preposição sem mudança de significado, como apontado no dado *Aspirou uma vida digna*, encontrado também em Salles (1992: 60). Dessa forma, nessa segunda acepção, o verbo *aspirar* se enquadraria na classe (iv), em que o uso e a supressão da preposição não alteram o significado verbal.

⁹ A linguista ressalta que, no caso de orações infinitivas, como em (78b) e (79b), o comportamento equivale ao dos SN/SDs, embora, em alguns casos, seja possível a elipse da preposição: *Insistiu ?(em) fugir/ Concordou ?(em) fugir*.

- (79)a. Insistiu na ideia.
- b. Insistiu em defender a ideia.
- c. Insistiu (em) que defendêssemos a ideia.

(vi) a preposição é obrigatória diante de orações e de SN/SD:

- (80)a. Contribuiu para o sucesso da festa.
- b. Contribuiu para a festa ser um sucesso.
- c. Contribuiu para que a festa fosse um sucesso.

Os diferentes casos são analisados a partir da distinção apresentada em Chomsky (1986) – e retomada na Introdução desta dissertação – entre preposições verdadeiras e preposições marcadoras de Caso. A pesquisadora defende, entretanto, com base nos estudos de Lobato (1990, *apud* Salles (1992)) e de Duarte (1990, *apud* Salles (1992)), a ampliação dessa categorização das preposições, uma vez que, para ela, as preposições devem ser classificadas não só em relação às suas propriedades de marcação de Caso, mas também em relação à marcação temática.

No que diz respeito às propriedades temáticas, Salles identifica três tipos de preposições:

- (i) preposições que não possuem propriedades de marcação temática;
- (ii) preposições que apenas realizam o papel temático atribuído por um núcleo lexical;
- (iii) preposições que atribuem e realizam o papel temático do constituinte que introduzem.

No esforço de sistematizar os fenômenos estudados, a pesquisadora elaborou dois quadros distribucionais que se referem ao comportamento sintático das preposições, tomando como critério a sua ausência/presença diante de sintagmas nominais e oracionais de um lado, e, de outro, às propriedades de marcação temática das preposições, o que lhe permitiu verificar dois grupos preponderantes. O primeiro é formado pelas preposições *a, de, em, com, por e para*, que podem introduzir constituintes selecionados ou não por núcleos lexicais e podem sofrer elipse e/ou substituição. O outro grupo é formado pelas preposições *sem, após, até, desde*, que sempre introduzem constituintes não selecionados por núcleos lexicais e não sofrem elipse e/ou substituição. A autora também identificou um terceiro grupo, denominado

intermediário, o qual apresenta características mistas dos dois primeiros e é formado pelas preposições *sobre, entre, contra, ante e perante*.

Salles (1992) relacionou os resultados encontrados com o trabalho de Epiphânio Dias (1970), que distingue as preposições em: preposições que substituem casos latinos e preposições que não substituem casos latinos. Nessa linha, o primeiro grupo, segundo a autora, corresponderia exatamente às preposições que substituem os casos latinos (acusativo e dativo: *a e para*; genitivo: em geral, *de*; ablativo: *de, com, em, por*), e os dois últimos grupos reuniriam as preposições que não substituem os casos latinos (*ante, perante, diante, após, sobre, sob, trás, até, desde, contra, entre, sem, conforme e consoante*).

Com a perda da marcação das desinências casuais na passagem do latim para o português, o Caso passou a ser marcado por preposições, o que, segundo a autora, torna relevante relacionar as evidências à dicotomia lexical/gramatical, uma vez que seria razoável supor que as preposições substitutas dos casos latinos tivessem um papel sintático equivalente ao desempenhado pelas desinências (um papel gramatical, portanto), o qual as distingue das preposições que não substituem casos latinos (as preposições lexicais).

Ampliando a discussão sobre determinados sintagmas preposicionados (PP), Salles (1997) analisa as construções bitransitivas, em que são previstos dois complementos, sendo um preposicionado e outro não, em duas línguas: no inglês (82a), e no português, em especial, no dialeto mineiro (83a). Tais construções se caracterizam por apresentarem uma estrutura alternativa, sem a preposição, tal como exemplificado em (82b), para o inglês, e (83b), para o português (dialeto mineiro) – dado retirado de Scher (1996, *apud* Salles (*op cit*: 127)):

(82)a. Mary gave a book to John.

b. Mary gave John a book.

(83)a. Maria deu um livro ao João.

b. Maria deu o João um livro.

Salles (*op. cit*) chama atenção para o fato de que as construções nas sentenças (b), chamadas de Construções de Objeto Duplo – COD¹⁰ têm sido apontadas em línguas como o

¹⁰ Em inglês, *Double Object Construction* (DOC).

inglês, mas não em línguas provenientes do romance, como o português, sendo o fenômeno encontrado no dialeto mineiro do PB uma inovação.

Em sua análise, a linguista aponta para o fato de que essa propriedade da alternância do uso ou não da preposição na língua inglesa está restrito aos casos em que o verbo seleciona um argumento benefactivo e não ocorre quando o complemento tem interpretação locativa, caso em que se exige obrigatoriamente a realização da preposição:

(84)a. Mary put the book on the shelf.

b. *Mary put the shelf the book.

Um outro tipo de fenômeno que nos chama atenção em Salles (1997) é o das construções passivas com objeto indireto (as chamadas pseudopassivas, na literatura sobre o tema):

(85) John was given a book (*to)

Retomando os estudos em Kayne (1984), a autora lembra que esse linguista, ao tratar da ocorrência de COD em inglês, fala da correlação entre a existência do indireto passivo com o sujeito nominativo e a perda da distinção entre o acusativo e o dativo em inglês. Ele ainda propõe que a fixação do Caso acusativo é uma condição necessária para se dar a emergência das pseudopassivas com sujeito nominativo. Para ele, a existência das passivas indiretas no inglês é uma evidência de que as preposições atribuem Caso acusativo e implica que elas são regentes estruturais. Kayne propõe que as construções com objeto duplo envolvem uma preposição nula, o que licencia a apassivação dessas construções.

Vale ressaltar que, embora a passiva com o argumento indireto seja possível em inglês, é agramatical em português, como ilustrado pelo dado (86), retirado de Salles (1997: 132):¹¹

(86) *O João foi dado o livro.

¹¹ A autora ressalta que a passiva com o possuído é marginalmente aceitável no dialeto mineiro: *?O livro foi dado o João.*

Diante desse fato, a linguista afirma que a ocorrência de passiva proveniente de COD no inglês e não-ocorrência no português opera uma distinção entre esses dois idiomas, apesar da semelhança quanto à ocorrência de COD no inglês e em uma variedade do português. Isso quer dizer que essas línguas se diferenciam por uma variação paramétrica, relacionada à presença de uma preposição nula no sistema gramatical das línguas, o que estaria associado à perda da distinção entre acusativo e dativo e explicaria também fenômenos como o da presença de clíticos e o da possibilidade de *prepositional-stranding*.

As estruturas em COD no inglês se correlacionam com as estruturas de duplo acusativo do latim (seção 3.2 desta dissertação), para casos como o do verbo *ensinar*, que se constrói com duplo acusativo em latim (cf. dado (53) neste capítulo) e que admite a construção de duplo objeto em inglês (e possivelmente em uma variedade de português), conforme os dados em (87) e (88), respectivamente:

(87)a. Mary taught French to the children

b. Mary taught the children French

(88)a. Maria ensinou matemática ao aluno.

b. Maria ensinou o aluno matemática.

O trabalho de Salles é relevante para a nossa pesquisa porque elucida muitas questões a respeito dos complementos preposicionados, a partir da investigação da tipologia da preposição e da análise das construções de duplo objeto.

No que concerne à tipologia das preposições, Salles (1992) ressalta a correlação entre a categoria sintagmática (se complemento ou adjunto) do elemento preposicionado, a obrigatoriedade ou facultatividade do emprego da preposição (com ou sem mudança semântica do predicado) e os tipos de preposição (lexical ou funcional), concluindo que, nos casos em que o verbo seleciona um argumento interno preposicionado, em que a preposição é facultativa e está esvaecida do seu conteúdo semântico (a ponto de a sua ausência não alterar o sentido do predicado), trata-se de uma preposição funcional. A possibilidade de ocorrer o apagamento desse tipo de preposição no caso dos verbos por nós estudados implica supor a possibilidade de apassivação da sentença, já que, não havendo a realização da preposição, o argumento seria mapeado como um objeto direto.

Quanto à análise das construções com duplo objeto, destaca-se como fato relacionado ao nosso trabalho que essa construção esteja ocorrendo no PB, com o apagamento da preposição em construções bitransitivas. De fato, observamos que, com os verbos bitransitivos *ajudar*, *ensinar*, *pagar* e *responder*, analisados por nós, está ocorrendo o apagamento da preposição, em favor do acusativo. Ao adotar a proposta de Kayne (1984) de que há uma correlação entre a existência do indireto passivo e o sujeito nominativo, o que estaria ligado à perda da distinção entre o acusativo e o dativo no inglês, condição necessária para se dar a emergência das pseudopassivas no inglês, Salles analisa as construções com objeto duplo no PB como envolvendo uma preposição nula. O nosso estudo corrobora os resultados de Salles a respeito da ocorrência de COD com o grupo de verbos bitransitivos mencionados acima (cf. (88b)) e a aceitação marginal de passiva com o possuído a partir desses verbos (cf. nota 11). Acrescentamos, entretanto, a nossa intuição de que, com o verbo *ensinar*, teríamos marginalmente a ocorrência da pseudopassiva com o possuidor (nos termos de Kayne, para o inglês):

(89) ?O aluno foi ensinado matemática.

3.3.2 Bispo (2004)

Bispo (2004) se propõe a fazer um estudo preliminar das propriedades sintáticas e semânticas envolvidas na codificação do dativo no português do Brasil. A autora chama atenção para o fato de que a preposição introdutora do dativo no PB alterna entre *a* e *para*, o que estaria correlacionado com a pronominalização com clítico dativo no PB, como demonstram os dados a seguir, retirados de Bispo (2004: 6).

- (90) a. Eu lhe ensinei a tarefa.
b. Eu ensinei a tarefa ao/para (o) João.
c. Eu ensinei a tarefa a/para ele.

Bispo (2004) também considera a preferência pelo uso do sintagma preposicionado *para ele/ela* na pronominalização do complemento dativo no PB, visto que, ao que parece, a forma *lhe* ocorre nessa língua (mas não no português europeu) na pronominalização do objeto direto, isto é, na função acusativa, de 2ª pessoa, como mostrado em (91) (cf. Bispo & Salles (2005), *apud* Bispo (2004: 8)):

- (91)a. Eu *lhe* ensinei a tarefa. (= ao João).
b. Eu *lhe* amo. (= amo você).

A esse respeito, Bispo (2004) cita o trabalho de Raposo (1998), que afirma que, no português europeu, *ele* e *lhe* têm, respectivamente, um traço de Caso nominativo e de dativo na entrada lexical e que a diferença entre o português do Brasil e o português de Portugal acontece em virtude de, no primeiro, a forma *ele* ter perdido o traço de Caso nominativo, que caracteriza o português europeu, o que permite, desse modo, que *ele* possa aparecer em contextos nominativos, acusativos e dativos. Um outro aspecto é o trazido em Torres Morais (2001, *apud* Bispo (2004)), a qual nos ensina que o ponto fundamental na gramática do português brasileiro parecer ser a possibilidade de alternar clíticos de terceira pessoa pelos anafóricos oblíquos, enquanto, no português europeu, a forma *ele* não substitui os clíticos acusativos ou dativos de terceira pessoa.

Para Bispo (*op cit*), o fato de o dativo se realizar no português atual por meio de sintagmas preposicionados introduzidos por preposições que também encabeçam complementos locativos direcionais (*ir a Roma*) se explica pelo parentesco nocional entre os Casos: dativo e locativo. Afirma também que foi justamente esse parentesco que, quando do processo de substituição de desinências de caso por preposições no latim falado, determinou a adoção de uma preposição locativa *a* para marcar o sentido do dativo.

Entretanto, Bispo (2004) argumenta que, apesar das semelhanças nocionais e morfossintáticas, o locativo e o dativo se distinguem estruturalmente. Um argumento a favor disso seria o teste sintático de pronominalização, conforme os exemplos (92) e (93):

- (92)a. Maria colocou o livro na mesa.
b. *Maria *lhe* colocou o livro.

(93)a. Maria entregou o livro ao João.

b. Maria lhe entregou o livro.

Bispo (*op. cit.*) afirma, ainda, que a variação na escolha da preposição introdutora do sintagma preposicionado dativo com predicadores de transferência encontrada no PB não ocorre em línguas como o espanhol e o PE, haja vista que nessas línguas podem se observar dois fenômenos:

- a) a preposição *a* é categórica nos predicados de transferência, alternando somente com a forma anafórica de dativo, enquanto outros predicados podem alterná-la com outras preposições, como é o caso de *de* (Demonte (1994), *apud* Bispo (2004));
- b) no PE e no espanhol há o redobro do clítico, o que não ocorre no PB.

Para o PB, Bispo (2004) afirma que, nos predicados de transferência, a preposição *a* alterna com *para*, e, nos demais predicados, a alternância entre *a* e *para* não é possível, sendo *a* substituída por outra preposição, como *de*, a exemplo do que ocorre no espanhol e no PE. Por sua vez, a pronominalização com o clítico dativo só ocorre com predicados de transferência. A autora postula que, no PE e no espanhol, a preposição *a*, desprovida de conteúdo semântico, funciona como um marcador morfológico de Caso nas construções dativas, enquanto no PB a restrição semântica se manifesta na sintaxe, uma vez que a pronominalização com o clítico está restrita aos casos em que *a* e *para* se alternam. Isso quer dizer que, no espanhol, a preposição *a* apresenta propriedades semânticas flexíveis, podendo aparecer em contexto em que o conteúdo semântico não é de *meta*. Por outro lado, a preposição *para*, que ocorre no português falado no Brasil, não admite esse esvaziamento, fato que evidencia a impossibilidade de ocorrer nos contextos em que a semântica de *meta* não é clara. Portanto, a proposta de Bispo (2004) é que a inovação da sintaxe do objeto direto do PB está ocorrendo na escolha da preposição introdutora de dativo e na forma anafórica cliticizada, ao mesmo tempo em que se está cristalizando o argumento *meta* realizado como dativo introduzido pela alternância das preposições *a/para*.

Pela leitura do trabalho de Bispo, concluímos que a alternância no emprego das preposições *a* e *para* não é aleatória no PB, ocorrendo apenas nos contextos em que o papel temático é *Meta*. Um outro fato apontado por Bispo (2004), no PB, é o da alternância entre as formas *a ele/para ele* e o clítico *lhe*, que também se observa em dados para os quais se

esperaria um clítico acusativo. Em relação a esse aspecto, Bispo adota a proposta de Raposo (1998), o qual afirma que no PE os itens *ele* e *lhe* carregam, respectivamente, nominativo e dativo como traços lexicais, enquanto no PB o item *ele* não carrega traços de Caso (podendo ser usado como acusativo ou dativo). Esses fatos estariam associados a uma mudança paramétrica entre PB e PE.

Pudemos perceber do estudo de Bispo que os dados de alternância das preposições *a* e *para* no dativo e os dados com clítico *lhe* no PB corroboram a hipótese da perda da distinção entre acusativo e dativo nessa língua. Embora nem todos os verbos transitivos indiretos da nossa pesquisa admitam a preposição *para*, é possível observar o emprego do clítico *lhe* com esses verbos, mesmo nos contextos de flutuação da preposição (presença e ausência de *a*).

3.3.3 Lucas (2008)

Trazemos à discussão o trabalho de Lucas (2008) sobre a sintaxe de complementação e pronominalização no português do Brasil (PB), que toma como objeto de estudo a ocorrência de complementos preposicionados em oposição a complementos objeto direto e a retomada anafórica dessas funções gramaticais por meio do clítico dativo *lhe* (e demais formas do paradigma). São investigadas em sua pesquisa apenas as estruturas formadas por predicados monotransitivos que selecionam um argumento interno preposicionado introduzido pela preposição *a*.

A autora procurou estabelecer a relação entre duas inovações verificadas na sintaxe de complementação e no quadro pronominal do PB:

- a) a queda da preposição *a* introdutora do complemento preposicionado de verbos monotransitivos, conduzindo a que esse complemento seja mapeado como objeto direto, tanto para o objeto coisa quanto para pessoa, conforme dados da autora (*op. cit.*: 50; 90):

(94)a. Maria assistiu ao filme.

b. Maria assistiu o filme.

(95)a. Assisti ao Paulo Autran no teatro ontem.

b. Assisti \emptyset o Paulo Autran no teatro ontem.

b) a realização do clítico dativo *lhe* como complemento objeto direto, conforme dados em em Lucas (*op. cit.*: 105):

(96)a. Ana, *lhe* assisti no teatro ontem.

b. Vou *lhe* atender quando sair daqui.

O trabalho de Lucas sobre complementação e uso inovador do clítico tem como referencial teórico a gramática gerativa, e pretende relacionar os fenômenos estudados a fatores de natureza sintático-semântica, como o tipo aspectual de predicado e o estatuto do complemento quanto à propriedade de mudança de estado do argumento.¹²

Os estudos de Lucas (*op.cit*) têm como foco a pesquisa de Salles (1992), ao afirmar que os casos de acusativo preposicionado são aqueles em que a supressão da preposição pode não alterar o significado do constituinte, como em *ama os/aos filhos; matou o leão o caçador/ao caçador*, em que a preposição não atribuiria papel temático ao constituinte que introduz, o que significa dizer que a preposição não possui importância semântica nessas construções.

Para Lucas (2008: 17), é preciso investigar o que licencia a sintaxe inovadora dos complementos preposicionados, uma vez que no PB a pronominalização em contexto de complementação requer que se considere o fato de que há uma tendência, com alguns predicados, a que o complemento seja mapeado sintaticamente como objeto direto, ou seja, a configuração preposicionada deixa de ser usada, conforme se pode ver nas correspondências a seguir: *assistiu ao filme/ao ator X – assistiu o filme/o ator X; respondeu ao professor – respondeu o professor; atendeu ao cliente – atendeu o cliente*.

Para explicar o uso do clítico *lhe*, a pesquisadora afirma que o entendimento acerca dos fatores que licenciam a distribuição das preposições dos complementos, bem como a alternância entre preposições, poderá conduzir à compreensão da impossibilidade de *lhe* ocorrer em algumas sentenças, como em:

¹² Nesta dissertação, não abordaremos as questões relativas à proposta de Lucas (2008) quanto aos tipos aspectuais dos predicados, tendo em vista não estarem diretamente relacionadas aos objetivos da nossa pesquisa.

(97)*O filme é bom, mas não vou assistir-lhe.

(98)*João lhe recorreu para resolver o problema do carro.

(99)*Lhe assisti no teatro ontem.

A autora acrescenta que Mateus *et al* (2001: 284) definem ODs como “argumentos internos diretos de predicadores verbais de dois ou três lugares, cujo papel semântico é tipicamente um TEMA e ocorre sem preposição”. Mateus *et al* (2001) identificam, ainda, certos verbos que permitem uma configuração em que o argumento interno na posição de objeto direto ocorre incorporado a um verbo leve e é interpretado como ALVO, como em *ajudar x/dar uma ajuda a x; esmurrar x/dar um murro a x; gritar/dar um grito; marcar x/pôr uma marca em x*, entre outros.

Lucas (2008) identifica, portanto, uma ambiguidade na interpretação do complemento, que pode receber papel temático de Alvo ou de Tema, o que explicaria a sua realização como OI ou como OD, respectivamente, bem como o fato de que tanto os complementos relativos quanto os complementos circunstanciais não admitem a pronominalização por *lhe*, como em (100), visto que aí haveria uma semântica específica (a noção de direção):

(100) a. Irei a Roma.

b. *Irei-lhe.

No tocante à configuração da complementação por meio da preposição, a autora afirma, em consonância com Salles (1992), que a preposição *a* (introdutora de objetos indiretos e complementos relativos em predicados monotransitivos) funciona como uma marca morfológica de Caso e não como um núcleo atribuidor de Caso, decorrendo daí a possibilidade de esses complementos preposicionados serem mapeados como objetos diretos sem alterar a semântica dos predicados.

Na pesquisa, a autora demonstrou que as mudanças no sistema pronominal do PB, pelas quais essa língua passa a se caracterizar como um sistema mais referencial em detrimento de um sistema casual, conduzem a que o clítico dativo seja mapeado também como clítico acusativo.

Por fim, a autora sugere em sua pesquisa que as configurações monotransitivas que selecionariam objeto indireto pudessem ser os contextos introdutórios do *lhe* acusativo no PB, inovados na sequência *obedeceu ao pai/ obedeceu a você/ lhe obedeceu > obedeceu o pai/obedeceu você/lhe obedeceu*. Tendo como base essa informação, constata o estágio em que o OI é mapeado como OD, que seria marcado por inovações relativas à sintaxe pronominal, à sintaxe da ordem dos constituintes na oração, à sintaxe do dativo, levando com isso a que outras formas verbais se alinhem nessa configuração, como *ajudou o pai/você – lhe ajudou; interessou o pai/você – lhe interessou; assistiu o Paulo Autran/você – lhe assistiu*. Uma outra sugestão da autora está no fato de a diminuição do clítico dativo *lhe* de terceira pessoa nas construções de redobro do clítico poder seguir a seguinte trajetória: *deu-lhe o livro a ele > deu o livro a ele > deu o livro para ele*, formando a construção dativa usada no PB atual.

Verificamos que o estudo de Lucas sobre a alternância entre a preposição *a* e ausência da preposição em contexto de dativo em ambientes monotransitivos, fato associado ao emprego do clítico *lhe* com função de objeto direto, é o que ocorre com os verbos da nossa pesquisa, para os quais observamos também a ocorrência de construções com verbo leve (*ajudar = dar ajuda a alguém; atender = dar atenção a alguém; obedecer = dar ouvidos/ter obediência a alguém; responder = dar resposta a alguém*), havendo uma ambiguidade em virtude da interpretação do argumento interno como Tema ou Alvo. A conclusão a que chegamos pelo estudo dessa autora é que no PB o OI é mapeado como OD e as inovações quanto ao emprego do clítico *lhe* ocorrem em função da perda da distinção de Caso dativo e acusativo.

3.4 Conclusões parciais

Neste capítulo, apresentamos aspectos sincrônicos e diacrônicos da sintaxe de alguns verbos transitivos indiretos, de modo a trazer evidências empíricas para a nossa hipótese de que as passivas com esse tipo de verbos têm relação com a flutuação entre os casos dativo e acusativo no português brasileiro.

Na seção 3.1, discutimos a marcação morfológica de Caso nos complementos verbais latinos para os verbos que fazem parte do nosso *corpus*. Observamos que esses complementos

ora são realizados no acusativo e ora no dativo, o que pode ter tido consequências para a marcação de Caso, por intermédio ou não de uma preposição, na constituição do português.

Na seção 3.2, realizamos algumas discussões sobre o fenômeno do duplo acusativo, de modo a demonstrar que na origem latina tais itens lexicais selecionavam dois complementos diretos, enquanto em português eles se constroem com um complemento direto e um indireto, fato que demonstra novamente a reinterpretação da marcação acusativo/dativo na passagem do latim para o português. Além disso, tais verbos apresentam no PB flutuação no emprego da preposição e formam passiva com o argumento beneficiário passando a sujeito.

Na seção 3.3, apresentamos alguns trabalhos a respeito dos complementos introduzidos por preposição (Salles (1992; 1997); Bispo (2004); Lucas (2008)). Dos fatos empíricos e das propostas teóricas resultantes desses trabalhos, extraímos, para efeitos da nossa análise para a alternância passiva com VTI, o seguinte:

- a) a proposta da perda da distinção dativo/acusativo, estendida ao português por Salles (1992, 1997), a partir do trabalho de Kayne (1984) para o inglês;
- b) a ocorrência de construções de duplo objeto em uma variedade do português brasileiro (atestada por Scher (1996), *apud* Salles (1997)) e a correlação entre essas construções e a formação de passivas com certos verbos bitransitivos em português;
- c) a realização do clítico *lhe* (dativo) como objeto direto (acusativo), o que corrobora a perda da distinção de Caso, de acordo com o que vimos em Bispo (2004) e Lucas (2008);
- d) a proposta de que o português brasileiro passa a se caracterizar como um sistema mais referencial em detrimento de um sistema casual (conforme Lucas (2008)).

No próximo Capítulo, faremos uma proposta de análise dos verbos que são objeto de nosso estudo.

CAPÍTULO 4

Análise da Alternância Passiva com Verbos Transitivos Indiretos

No presente capítulo, apresentaremos a nossa análise a respeito da construção passiva com verbos transitivos indiretos, considerando como representativos desse grupo os seguintes verbos, analisados no Capítulo 3: *assistir*, *ajudar*, *atender*, *obedecer*, *pagar* e *responder* (os dois últimos transitivos indiretos para pessoa).

Em princípio, retomaremos o problema que se constituiu como o objeto do nosso estudo e os fatos gramaticais sincrônicos e diacrônicos relacionados à questão da mudança paramétrica relativa à distinção entre Caso dativo e Caso acusativo no português do Brasil (Seção 4.1). Em seguida (Seção 4.2), buscaremos analisar o fenômeno da construção passiva com VTIs a partir da fundamentação teórica adotada.

4.1 Retomando o problema e os fatos gramaticais

Como ressaltamos na Introdução deste trabalho, a tradição gramatical afirma que só se podem apassivar, em regra, os verbos transitivos diretos, porém traz como exceção alguns verbos transitivos indiretos (entre os quais se incluem os verbos aqui examinados), deixando uma lacuna sobre o porquê de tais itens lexicais serem apassivados. Para preencher a lacuna deixada pela GT, optamos por buscar na diacronia e em estudos gerativistas sobre complementação verbal a explicação para esses fenômenos, trabalhando com a hipótese de que a possibilidade de ocorrência da construção passiva com VTIs está associada à perda da oposição entre acusativo e dativo, atestada em estudos como os de Salles (1992, 1997).

Dados do latim, em especial os relativos à etimologia, mostraram que os verbos que compõem o nosso *corpus* regiam, nessa língua, dativo ou acusativo, ou, ainda, dativo ou preposição seguida de acusativo, à exceção do verbo *assistir* (que ocorria apenas com dativo).

Concluimos, no Capítulo 3, que a variação na expressão dos complementos desses verbos, em latim, como dativos ou como acusativos/acusativos preposicionados tem relação com a variação da marcação desses complementos no português (com ou sem preposição). Os dados abaixo, recuperados do Capítulo 3, ilustram essa variação, em ambas as línguas:

- (1) a. Attend-ere sermon-ibus malign-is (Plinius)
 Atender-INF conversas-DAT maliciosas-DAT
 ‘Dar atenção a conversas maliciosas (tradução literal)
 ‘Dar ouvidos a maledicências’ (tradução livre)
- b. Attend-ere aur-em (Attius)
 Atender-INF ouvido-ACC
 ‘Atender o ouvido’ (tradução literal)
 ‘Escutar, prestar atenção’ (tradução livre)
- (2) a. Não o atenderam os criados.
 b. ... até vos merecerem, um dia, a bênção de lhes atenderdes.

Portanto, do ponto de vista da possibilidade de haver flutuação na marcação casual do complemento dos verbos analisados (em dativo/acusativo, no latim, ou em complemento preposicionado/complemento não-preposicionado no português), não há diferenças cruciais entre essas línguas, uma vez que em ambas a variação existe (quer seja em termos da marca morfológica de Caso, quer seja por meio da presença/ausência da preposição).

No caso dos verbos analisados, a preposição *a* se apresenta como funcional, não possuindo valor semântico para a marcação temática do complemento (que é argumento do verbo). Trata-se de uma preposição realizadora de Caso, que pode ser apagada, conforme vimos, assemelhando-se às preposições *dummy* que ocorrem com verbos transitivos diretos cujos complementos aparecem preposicionados (os chamados objetos diretos preposicionados).

Ocorre que a flutuação da preposição introdutora dos complementos dos verbos conhecidos como transitivos indiretos não é categórica no português. Dados como o do verbo *concordar* em (3), e os dados apontados em Salles (1992), retomados em (4), nos quais a

preposição é obrigatória diante de orações, revelam que o fenômeno da flutuação ocorre predominantemente, no português, com a preposição *a*:¹

- (3) a. Concordei com o gabarito.
- b. *Concordei o gabarito.
- (4) a. Contribuiu *(para) o sucesso da festa.
- b. Contribuiu *(para) a festa ser um sucesso.
- c. Contribuiu *(para que) a festa fosse um sucesso.

Um fato correlato à questão da flutuação da preposição é o de que os verbos analisados podem ser associados a perífrases verbais formadas por verbos leves seguidos do nome/sintagma nominal correspondente ao VTI em foco e de uma preposição, tal como em *ajudar* ≈ *dar ajuda a*; *obedecer* ≈ *dar ouvidos a/ter obediência a*; *atender* ≈ *dar atenção a*; *responder* ≈ *dar resposta a*. Nas perífrases, o complemento da preposição é interpretado como Alvo, uma interpretação que parece ser estendida ao complemento dos verbos simples, quando ocorrem com preposição. A questão é que, na ocorrência do verbo simples com complemento não-preposicionado, esse complemento é interpretado como Tema, conforme observou Lucas (2008).

Outro fator correlato é a flutuação entre clíticos acusativos e dativos, em contexto de acusativo, como mostraram Bispo (2004) e Lucas (2008). Esse fato evidencia que o português do Brasil está deixando de ser uma língua casual, em que a distinção acusativo/dativo é relevante, para se tornar uma língua referencial, como conclui Lucas, em trabalho que resenhamos no Capítulo 3.

Ainda do ponto de vista diacrônico, observamos também que certos VTIs que formam passivas no português participam da construção de duplo acusativo no latim. É o caso dos verbos *ajudar* e *ensinar*, que regiam duplo acusativo e, como apresentamos no Capítulo 3, na tradução para o português, passam a ter dois complementos: um direto e um indireto. O complemento indireto desses verbos pode apresentar flutuação no emprego da preposição, a exemplo do que ocorre em verbos bitransitivos, como os casos apontados no trabalho de Salles

¹ Cabe observar que o nosso trabalho se restringe aos casos de flutuação de preposição sem mudança de sentido do predicado.

(1997), os quais se relacionam com a alternância dativa (ou construção de duplo objeto), conforme os dados do inglês e do português do Brasil, abaixo:

(5) John gave Mary a book.

(6) João deu comida o cachorro.

As construções de duplo objeto no inglês podem ser apassivadas (7), o que é analisado (Kayne (1984), *apud* Salles (1997)) como uma decorrência da perda da distinção entre dativo e acusativo no inglês.

(7) Mary was given a book by John.

No português do Brasil, consideramos que as passivas formadas a partir de verbos como *ensinar*, que se construía, desde o latim, com duplo acusativo, são gramaticais (embora marginais), assim como as passivas formadas com verbos como *perdoar*:

(8) ??O aluno foi ensinado matemática.

(9) ??O inadimplente foi perdoado a dívida.

Acreditamos que esse fato sintático esteja associado à mudança de papel temático do argumento em posição de sujeito, corroborando a análise de Lucas (2008) para os verbos monotransitivos.

4.2 Em direção a uma análise da alternância passiva com VTI

A análise que ora propomos para a alternância passiva com verbos transitivos indiretos no português do Brasil situa-se no campo da interface entre sintaxe e semântica, uma vez que buscamos associar fatores de natureza sintática – a perda da distinção dativo/acusativo – a fatores de natureza semântica – a interpretação dos argumentos em termos de papéis temáticos.

Nesse contexto, os verbos transitivos indiretos que admitem alternância passiva são aqueles para os quais se observa a flutuação da preposição funcional que introduz o argumento interno, fenômeno morfossintático que tem como contraparte semântica a mudança na interpretação do papel temático do complemento desses verbos de Meta para Tema. A flutuação da preposição e a mudança do papel temático contribuem, conjuntamente, para a explicação da alternância passiva, como também da possibilidade de esses verbos figurarem em construções de duplo objeto, do emprego de clíticos dativos em posição de acusativo e do fato de esses verbos apresentarem uma perífrase bitransitiva, formada por verbo leve, conforme já apontado por Salles (1992, 1997), Bispo (2004) e Lucas (2008).

Em termos teóricos, a nossa proposta é a de que a grade argumental e temática dos verbos que constituem o nosso *corpus* apresenta dois argumentos: um externo – marcado com Caso nominativo e papel- θ de Agente, que pode não ser selecionado para a formação da sentença –, e um interno – que está subespecificado para Caso e para papel temático (e, por essa razão, pode figurar como DP – com Caso acusativo – ou como PP – com Caso dativo). O verbo *atender*, nas sentenças em (2), por exemplo, teria a seguinte grade:

(10)	<i>atender</i> :	_____	NP	<	V,	_____	>
		NOM				Caso subespecificado	
		Agente				Papel- θ subespecificado	

A formação da construção passiva depende, nessa situação, de três propriedades:

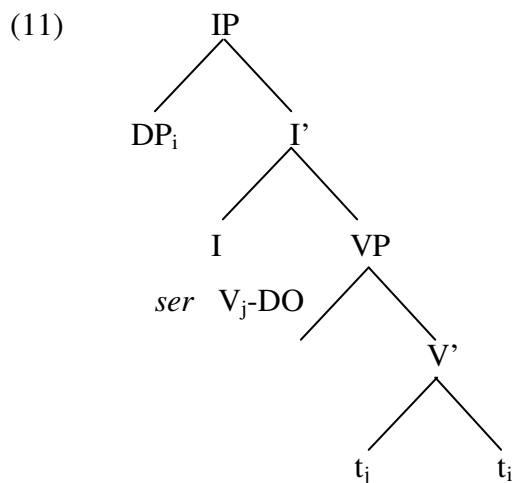
- (i) que o argumento externo não seja selecionado para figurar na sentença;
- (ii) que o verbo seja selecionado na forma passiva (de participípio);
- (iii) que o argumento interno seja projetado como DP e interpretado como Tema.

Tomando como referência as propostas teóricas apresentadas no Capítulo 2 desta dissertação, consideramos que as três propriedades acima concorrem para possibilitar que:

- (i) a morfologia passiva absorva o papel temático de argumento externo (Jaeggli (1986)) ou que esse papel seja atribuído ao morfema passivo (Baker, Johnson & Roberts (1989));
- (ii) o verbo não possa atribuir Caso acusativo ao argumento interno (uma vez que não seleciona argumento externo – Hipótese da Inacusatividade/ Generalização de Burzio);

(iii) o argumento interno, por sua vez, tenha de ser alçado à posição de sujeito, para receber Caso (de forma a não violar o Filtro de Caso).

Sendo assim, as passivas com os verbos transitivos indiretos que admitem a flutuação da preposição são licenciadas pelo mesmo processo de construção das passivas com verbos transitivos diretos, como ilustrado a seguir:



A subespecificação para Caso e papel temático também está relacionada, de acordo com a nossa proposta, à possibilidade de os verbos bitransitivos que admitem a construção de duplo objeto serem passíveis de apassivação, ainda que as construções resultantes soem marginais, por razões que deixaremos para pesquisar em trabalhos futuros.

Cabe acrescentar que esta proposta corrobora a ideia de que o português brasileiro está deixando de ser uma língua com sistema casual marcado, para se caracterizar como uma língua mais referencial.

4.3 Conclusões parciais

No presente capítulo, retomamos o problema da formação de passiva com verbos transitivos indiretos no português e os fatos gramaticais sincrônicos e diacrônicos que nos levaram à elaboração de uma proposta de análise desse fenômeno.

Na análise proposta, que partiu do pressuposto de que a possibilidade de um verbo participar ou não da alternância passiva tem motivações de ordem sintática e semântica, consideramos que os verbos transitivos indiretos que podem ser apassivados são aqueles para os quais se observam a flutuação da preposição funcional, o que está relacionado à perda da distinção entre Caso dativo e Caso acusativo, e a mudança na interpretação do papel temático do argumento interno de Meta para Tema. Propusemos, então, que esses verbos têm grade argumental e temática com posição de argumento interno subespecificada para Caso e para papel temático, de forma que a derivação da passiva com esses verbos pode seguir o mesmo processo de licenciamento que a derivação de passivas formadas a partir de verbos transitivos diretos. Nesse sentido, as restrições de Caso relativas ao argumento interno não constituem uma barreira para a construção passiva formada a partir dos chamados verbos transitivos indiretos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, discutimos questões relativas à alternância passiva de certos verbos transitivos indiretos no português do Brasil. Especificamente buscamos mencionar as controvérsias existentes entre as classificações dos verbos quanto à transitividade nas gramáticas tradicionais no PB e as implicações disso para a possibilidade de o objeto indireto ser apassivado.

Os verbos *assistir*, *atender*, *obedecer*, *pagar* (pessoa) e *responder* (pessoa) foram os itens lexicais que constituíram o *corpus* que foi objeto de nosso estudo. Segundo a tradição gramatical, apesar de transitivos indiretos, esses verbos podem ser apassivados. A escolha dos referidos itens lexicais se deu pelo fato de eles terem apresentado maior recorrência na bibliografia pesquisada, tendo sido excluídos, para efeitos desta dissertação, outros verbos transitivos indiretos que também formam passiva no português, tais como *perdoar*, *aludir* e *apelar*.

No Capítulo 1, abordamos diversas gramáticas normativas, em especial, aquelas de maior tradição na literatura, tais como Almeida (1962), Rocha Lima (1972), Barros (1985), Cegalla (1992), Bechara (1999), Sacconi (1995), Kury (1990/2000) e Cunha & Cintra (2001). À discussão também trouxemos as considerações das obras de Perini (2000), Said Ali (2001) e Cunha & Souza (2007). Vimos o problema de a conceituação da transitividade não ser consensual entre os gramáticos, havendo divergências de classificação dos verbos quanto à transitividade e, por consequência, dos complementos verbais. Outro tópico abordado foi o conceito de voz passiva estabelecido pelos gramáticos. Como contraponto aos estudos dos gramáticos, discutimos aspectos da proposta de Perini (2000), tendo esse autor afirmado que a concepção de transitividade adotada pelos normativistas é fortemente semântica, ou seja, os complementos dos verbos se dão pelo sentido operado nessas classes verbais, o que resulta na oposição exigência *versus* recusa de complemento, não prevendo lugar para verbos que possam ter objeto direto ou não. Perini avança na direção de uma proposta de análise em que cada verbo seja especificado com relação à possibilidade de ocorrência (ou não) de objeto direto. Assim, os verbos seriam marcados com exigência de objeto direto, recusa de objeto direto e aceitação livre de objeto direto, classificação que leva em conta o contexto sintático em que o verbo se insere.

No Capítulo 2, demos atenção para o tratamento formal do fenômeno da passiva sob o enfoque da Gramática Relacional e da Teoria Gerativa. Os primeiros autores

abordados foram Perlmutter & Postal (1984), que estudaram as regras de alçamento, com base na hierarquia relacional, segundo a qual o sujeito ocorre em uma posição mais alta (a posição 1), o objeto direto ocorre em posição intermediária (a posição 2) e o objeto indireto e os oblíquos em geral ocorrem em uma posição mais baixa (a posição 3). Segundo esses linguistas, a construção passiva ocorre por meio da regra de alçamento de um sintagma para a posição 1 da hierarquia relacional. Esse alçamento é restringido pela Lei da Exclusividade do Alçamento para a Posição 1 (1-AEX), segundo a qual só pode haver um alçamento para a posição 1 de uma oração simples. Vimos que os fatos empíricos associados à interação entre a Hipótese da Inacusatividade (que também envolve alçamento para a posição 1) e a construção passiva constituem a evidência para a postulação desse princípio universal.

Já em Jaeggli (1986), vimos que as propriedades da construção passiva resultam da interação entre processos sintáticos e morfológicos que eliminam a necessidade de uma regra específica para essa construção. A proposta de análise das passivas é que a morfologia desse tipo de construção “absorve” o papel- θ externo do verbo, que passa a não poder atribuir Caso acusativo ao seu complemento, o que resulta no movimento do argumento interno para a posição de sujeito gramatical, onde esse sintagma receberá Caso nominativo. O autor esclarece que a noção de absorção de papel temático é operacionalizada em termos da atribuição do papel- θ externo do verbo ao sufixo passivo, e só pode acontecer se o argumento externo não for mapeado na estrutura sintática do predicado. Esse autor afirma que a evidência para a proposta de absorção do papel temático é que os sufixos passivos só aparecem com verbos que atribuem papel- θ externo, de modo que, por exemplo, verbos inacusativos não podem ser apassivados. Esse linguista ressalta que a absorção do papel- θ externo está vinculada à ocorrência das *by-phrases*. A questão é que a *by-phrase* é interpretada com o papel temático associado ao argumento externo do predicado apassivado: se o argumento externo é Agente, então a *by-phrase* é interpretada como Agente, e assim respectivamente. Jaeggli explica esse fenômeno por meio da percolação do papel do argumento externo, absorvido pelo sufixo passivo (-en), à *by-phrase*, que é considerado um argumento opcionalmente subcategorizado pela morfologia passiva.

Ainda no Capítulo 2, vimos que a proposta de Baker, Johnson & Roberts (1989) trata o sufixo passivo -en como um argumento do predicado, motivo pelo qual tem de receber Caso e papel temático. Essa proposta se distingue das análises dos autores anteriores, na medida em que permite, por um lado, perceber o que está em jogo na

intuição de Jaeggli sobre a “absorção” de Caso pelo morfema passivo e, por outro lado, reinterpretar a Lei de Exclusividade de Alçamento para a Posição 1 (1-AEX), proposta por Perlmutter & Postal (1984), em termos das condições de boa-formação sobre argumentos, principalmente o Princípio de Projeção, o Critério- θ e o Filtro de Caso. A proposta dos autores é que o *-en* é um argumento afixal, que tem as mesmas propriedades sintáticas dos clíticos em geral (portanto, o *-en* seria sintaticamente um clítico, mas fonologicamente um afixo), sendo gerado em Infl e posteriormente afixado ao verbo. Segundo essa proposta, o sujeito lógico dos verbos passivos não é realizado em um NP, tendo em vista que pode ocorrer de forma marcada nas passivas (por meio de *by-phrases*), e o papel temático do *-en* é atribuído composicionalmente pelo VP, como ocorre com os argumentos externos.

No Capítulo 3, fizemos uma descrição comparativa da sintaxe diacrônica dos verbos, objeto de nosso estudo, com as atuais ocorrências desses itens no PB. Percebemos, na comparação entre o latim e o PB, que há variação na marcação de Caso acusativo e dativo dos verbos estudados (à exceção de *assistir*), assim como há variação quanto à ausência/presença de preposição para marcar o complemento indireto desses verbos. Consideramos que esses fatos diacrônicos (bem como os fatos sobre o duplo acusativo latino) trazem uma contribuição relevante para a discussão sobre a mudança paramétrica em curso, na distinção entre Caso acusativo e dativo no português. Os fatos e dados diacrônicos apresentados nesta seção apontaram para a hipótese central do trabalho, já levantada pelas pesquisas de Salles (1992, 1997) e de suas orientandas, mostrando que a variação na marcação casual do latim se relaciona com a ausência/presença da preposição nos objetos indiretos do português.

No Capítulo 4, apresentamos a nossa proposta de análise sintático-semântica para os verbos que participam da alternância passiva, considerando que esses verbos possuem, em sua grade argumental e temática, um argumento interno subespecificado para Caso e papel temático, o que está associado aos fatos empíricos relativos à flutuação da preposição (por sua vez, relacionado à perda da distinção entre Caso dativo e Caso acusativo) e à interpretação do argumento interno como Tema (em vez de Meta). A construção passiva com verbos transitivos indiretos, de acordo com esta proposta, é derivada da mesma maneira que a construção passiva com verbos transitivos diretos.

Acreditamos que este estudo há de contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a alternância passiva, especialmente no que se refere ao tratamento diacrônico, e sobre as questões associadas à complementação verbal. Trata-se de um trabalho inicial, que poderá vir a ser aprofundado em pesquisas futuras.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Latina*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1962.
- BAKER, Mark; JOHNSON, K. & ROBERTS, Ian. “Passive Arguments Raised”. In: *Linguistic Inquiry* 20 (2), 219-252, 1989.
- BARROS, Enéias Martins de. *Nova Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Atlas, 1985.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Pontes, 1995.
- BISPO, Karla Cristina Iseke Ferreira. *A Sintaxe do Objeto Indireto no Português*. Tese de Mestrado. Brasília, Universidade de Brasília, 2004.
- BLAKE, Barry. *Case*. Cambridge: Cambridge University Press. 2ª ed., 2001.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática*. São Paulo: Nacional, 1964/1992.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e Mente*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, Noam. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. New York; Praeger, 1986.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Holanda, Foris, 1981.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985/2001.
- CUNHA, Maria Angélica Furtada da & SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e seus Contextos de Uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- DIAS, Augusto Epiphanyo da Silva. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. Porto: Portuguesa, 1970.
- DUARTE, Fábio Bonfim. “Caso, Função Sintática, Papeis Temáticos”, In: *Revista DUC In Altum*, Muriaé, Faculdade Santa Marcelina, v. 6, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/fbonfim/publicacoes/Caso.pdf>, consultado em 04/abril/2010.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*. São Paulo: Globo, 1989.
- FERREIRA, Antônio Gomes. *Dicionário de Latim-Português*. Portugal: Porto, 1997.

- FILLMORE, C. "The Case for Case". In: BACH, E. & HARMS, R. (eds.) *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968.
- GARCIA, Janete Melasso. *Introdução à Teoria e Prática do Latim*. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.
- GARCIA, Janete Melasso. *Língua Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- GRUBER, J. S. *Studies in Lexical Relations*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club., 1965.
- JACKENDOFF, Ray. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, Massachussets: MIT Press, 1972.
- JAEGGLI, O. A. "Passive". In: *Linguistic Inquiry* 17 (4), 587-622, 1986.
- KAYNE, Richard. *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris, 1984.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas Lições de Análise Sintática*. São Paulo: Ática, 1990/2000.
- LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe Gerativa do Português: Da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- LUCAS, Elaine Mesquita. *Transitividade Variável em Verbos Monotransitivos e o Uso Inovador do Clítico LHE no Português do Brasil*. Tese de Mestrado. Brasília, Universidade de Brasília, 2008.
- LUFT, Celso Pedro. *Dicionário Prático de Regência Verbal*. São Paulo: Ática, 1997.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª ed., Lisboa: Caminho, 2001.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. *O Português Arcaico*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MIOTO, Carlos; SILVA Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elizabeth Vasconcellos. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis, Santa Catarina: Insular, 2004.
- PERINI, Mário A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1995/2000.
- PERLMUTTER, D. & POSTAL, P. M. 1984. "The I-Advancement Exclusiveness Law. In: PERLMUTTER, D. & ROSEN, C. (eds.) *Studies in Relational Grammar 2*. Chicago: University of Chicago Press.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.
- RAVIZZA, Padre João. *Gramática Latina*. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco, 1953.
- ROBERTS, Ian. *Comparative Syntax*. USA: St Martin's Press Inc, 1997.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957/1972.

- SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa Gramática: Teoria e Prática*. São Paulo: Atual, 1995.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Brasília: Universidade de Brasília, 1931/2001.
- SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima de A. *Preposições do Português: Um Estudo Preliminar*. Tese de Mestrado. Brasília, Universidade de Brasília, 1992.
- SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima de A. *Prepositions and the Syntax of Complementation*. Tese de Doutorado. University of Wales, 1997.
- SARAIVA, F. R. Santos. *Dicionário Latino-Português*. Rio de Janeiro: Garnier, 2006.
- TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de Syntaxe Structurale*. Paris, Klincksieck, 1988.